

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de
Produção Agrícola Familiar



Dissertação

O futuro das propriedades familiares sem sucessores: o caso do
Município de Paraíso/SC

Simone Bianchini

Pelotas, 2010

SIMONE BIANCHINI

**O FUTURO DAS PROPRIEDADES FAMILIARES SEM SUCESSORES:
O CASO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Rogério Mauch

Pelotas, 2010

Dados de catalogação na fonte:

(Marlene Cravo Castillo – CRB-10/744)

B577f Bianchini, Simone

O futuro das propriedades familiares sem sucessores:
o caso do município de Paraíso/SC / Simone Bianchini;
orientador Carlos Rogério Mauch - Pelotas, 2010.-105f.
; il.- Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-
Graduação em Sistemas de Produção Agrícola
Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel.
Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010.

1.Agricultura familiar 2.Sucessão 3.Juventude
rural I.Mauch, Carlos Rogério(orientador) II .Título.

CDD 305.5

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Geraldo Wizniewskky

Prof. Dr. Adão José Vital da Costa

Dr. José Ernani Schwengber

Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra

Prf. Dr. Carlos Rogério Mauch - orientador

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, agricultores familiares,
Luiz e Noemia

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final desta etapa nos faz refletir o quão importante são as pessoas que nos cercam e das mais diversas formas colaboram na nossa construção enquanto seres humanos nesta tarefa de crescer e evoluir nos vários aspectos da vida.

À minha família Luiz, Noemia, Jaqueline, Vinícios, Douglas, pelo carinho e apoio sempre dedicados.

A Ilaine Schuch, pelo exemplo, apoio e carinho.

Ao professor Carlos Rogério Mauch, por ter aceitado ser meu orientador, confiando no meu trabalho mesmo em uma condição adversa.

Aos colegas, professores e funcionários do SPAF.

Aos amigos e colegas desta jornada. São muitos, e não seria justo correr o risco de deixar alguém de fora em uma citação.

A colega e amiga Catia Grisa pelo auxílio com sugestões para enriquecer este trabalho.

Ao colega da Epagri Milton Luiz Silvestro que muito colaborou na construção deste trabalho.

Aos amigos e colegas de trabalho Neusa, Patricia, Ivan e Carlos pela força e companheirismo.

Ao gerente regional da Epagri, colega João Carlos Biasebetti que apoiou a conclusão deste trabalho.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento - CNPQ, pela concessão da bolsa.

A Rafael Vitória Schmidt, que fez, até aqui, parte do meu caminho.

Por fim, um agradecimento especial aos agricultores familiares do município de Paraíso/SC que muito além de fazer parte deste trabalho, fazem parte do cotidiano de trabalho na ação extensionista.

A PARTIDA DOS FILHOS

“[...] o dia que esse rapaz chegou e disse que ia a São Miguel ver se arrumava um emprego melhor, ligaram aqui e ele foi pra lá, ai ele voltou dia 30 de abril e disse assim pra mim: pai eu to indo embora pra São Paulo e vou trabalhar em churrascaria lá [...], o dia que ele foi, foi o dia mais triste pra mim, porque assim, eu tenho quase uma colônia de terra aqui, dois filhos eu criei, vendo o meu filho indo embora porque eu não tinha mecanismo, não tinha como segura o meu filho na agricultura. Um: a gente como agricultor da agricultura familiar se sente decepcionado como agricultor.” (Família 03 VLB)

RESUMO

BIANCHINI, Simone. **O futuro das propriedades familiares sem sucessores: o caso do Município de Paraíso/SC.** 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

O presente trabalho discute o futuro das unidades de produção familiar em situação de ausência de sucessores no Município de Paraíso/SC. O município de Paraíso, inserido em uma região fortemente caracterizada pela presença da agricultura familiar, reflete uma realidade presente nos demais municípios da região Oeste de Santa Catarina, onde se constata que a agricultura familiar começa a enfrentar problemas sucessórios que não existiam até pouco tempo atrás. O êxodo rural atinge de forma mais acentuada as populações jovens, que são exatamente as forças vitais de renovação desta forma de agricultura. A consequência deste processo é o comprometimento do futuro destas unidades pela ausência de sucessores. Na verdade, o que está em jogo nas questões envolvidas no processo sucessório, mais que o futuro das famílias, é o próprio destino do meio rural da região Oeste catarinense. Para desenvolvimento deste trabalho, foram aplicados questionários, em unidades familiares (15) sem sucessores e as informações coletadas foram agrupadas sobre sete eixos que nortearam a discussão do trabalho: caracterização das famílias, caracterização das propriedades, presença de estímulo à permanência dos filhos, a relação da unidade familiar com os filhos que migraram e o impacto desta migração nas propriedades, a divisão do patrimônio e o futuro da unidade produtiva. Os dados apontam que há uma grande indefinição com relação ao futuro destas unidades produtivas, e que são necessárias políticas públicas mais abrangentes e específicas, de apoio e estímulo à permanência da juventude no meio rural.

Palavras chaves: Agricultura familiar, Sucessão, Juventude rural.

ABSTRACT

BIANCHINI, Simone. **The future of family farms without successors: the case of Paraíso City, SC.** 2010.106 f. Thesis (MA) – Post Graduate Program in Family Agricultural Production Systems. Eliseu Maciel Agronomy College. Federal University of Pelotas, Pelotas, RS.

This study is about the future of family production units in situation of lack of successors in Paraíso City, SC. Paraíso City, inserted in a region strongly influenced by the presence of family farming, reflects the reality of other cities in the West of Santa Catarina, where it is noticed that family farming begins to face problems of succession that did not exist some time ago. The rural exodus reaches more the young people, who are exactly the forces of renewal of this form of agriculture. The consequence of this process is the threat to the future of these units by the lack of successors. Actually, what is at stake in the issues involved in the succession process, more than the future of the families, is the future of the rural region in the West of Santa Catarina. To develop this study, were applied questionnaires, in family units (15) with no successors and the data collected were grouped on seven bases that guided the discussion proposed: characteristics of the families, characteristics of the properties, the presence of stimulus to the permanence of children, the relationship between the family unit with the children who migrated and the impact of this migration on the properties, the division of patrimony and the future of the productive unit. The data indicate that there is a big uncertainty about the future of these productive units, and that more public policies are needed, comprehensive and specific ones, of support and encouragement for the youth to stay in rural areas.

Keywords: Family Farming; Succession; Rural Youth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapas do Estado de Santa Catarina. No primeiro, destaque para macrorregião Oeste. No segundo, destaque para a microrregião de São Miguel do Oeste	24
Figura 02	Mapa do extremo oeste do Estado de Santa Catarina, com destaque para o Município de Paraíso.....	29
Quadro 01	Fatores de atração para o meio urbano e para o meio rural para a juventude rural.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução populacional da microrregião de São Miguel do Oeste e de Paraíso.....	27
Tabela 2	Evolução das populações rural e urbana do município de Paraíso/SC	30
Tabela 3	Faixa etária de homens e mulheres que compõe as unidades familiares sem sucessores.....	64
Tabela 4	Número de filhos das famílias (entrevistadas) sem sucessores do município de Paraíso/SC.....	67
Tabela 5	Origem das propriedades atualmente ocupada pelas famílias sem sucessores.....	78
Tabela 6	Forma como as famílias sem sucessores pretendem fazer a divisão do patrimônio familiar.....	79
Tabela 7	Provável destino da propriedade atualmente ocupada pelos casais sem sucessores.....	82
Tabela 8	Perspectiva de desenvolvimento das atividades produtivas nas unidades de produção familiar na ausência de sucessores.....	84
Tabela 9	Provável futuro dos casais, sem sucessores, após a venda da unidade de produção familiar.....	85

LISTA DE SIGLAS

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDS
Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - CEPA
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
Fundo de Participação dos Municípios - FPM
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IF SC
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- MAPA
Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF
Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	21
3	REVISÃO DA LITERATURA.....	23
3.1	Caracterização da região oeste catarinense: da colonização a crise.....	23
3.1.1	O Município de Paraíso.....	28
3.1.2	Possibilidades produtivas à crise da agricultura familiar da região.....	31
3.1.2.1	A bovinocultura de leite.....	32
3.1.2.2	Os produtos coloniais	34
3.1.2.3	A Agroecologia.....	35
3.1.2.4	A pluriatividade.....	36
3.2	Caracterização da agricultura familiar	37
3.2.1	Conceituando agricultura familiar.....	38
3.2.2	Os padrões sucessórios na agricultura familiar.....	40
3.2.3	A mulher e seu espaço na sucessão familiar.....	45
3.3	Transformações recentes no espaço rural.....	50
3.3.1	Crise e esvaziamento.....	50
3.3.2	Juventude rural.....	53
3.3.3	A importância do estímulo na continuidade da unidade de produção familiar.....	53
3.3.4	Razões da migração.....	54
3.3.5	O impacto dos modelos educacionais.....	57
3.3.6	Políticas públicas para a juventude rural.....	60
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	63
4.1	Caracterização das famílias.....	64
4.2	Caracterização das propriedades.....	68
4.3	O estímulo a permanência dos filhos.....	70
4.4	A divisão do trabalho na propriedade.....	73
4.5	A relação da unidade familiar com os filhos que migraram e o impacto desta migração nas propriedades.....	75

4.6	A divisão do patrimônio.....	77
4.7	O futuro da propriedade.....	80
5	CONCLUSÕES.....	87
	Referências.....	91
	Apêndice.....	97

1 INTRODUÇÃO

Quem serão os agricultores familiares do futuro? Haverá agricultores familiares no futuro? Estas perguntas remetem a um tema que vem sendo estudado por vários autores e traz à tona uma problemática que toma dimensões cada vez mais significativas, que é a reprodução econômica e social e cultural da agricultura familiar.

A escolha do tema relativo ao futuro das unidades familiares sem sucessores pode ser justificada pela grande importância que a agricultura familiar e o espaço rural têm para o desenvolvimento de toda a região oeste de Santa Catarina e das demais regiões brasileiras onde predomina a agricultura familiar. Muito além da função natural da produção de alimentos e da geração de empregos, a agricultura familiar pode ser vista e valorizada por um emaranhado de relações sociais construídos pelos indivíduos e suas organizações (ABRAMOVAY, 2003, p. 83-98).¹ Porém, um lento, mas persistente processo de esvaziamento demográfico pode pôr em risco esta característica tão marcante da agricultura da região que é a sucessão das propriedades familiares.

Este trabalho fundamenta-se na discussão da reprodução social da agricultura familiar, e busca entender qual será o futuro das propriedades familiares que apresentam uma limitação no que diz respeito a sua continuidade, ou seja: a ausência de sucessores. Considerando os dados relativos à região que apontam para um número significativo de propriedades que se encontram sem sucessores ou

¹ Como afirma Putnam, este emaranhado de relações e vínculos sociais, definido por alguns autores como “capital social”, representa uma base fundamental para o desenvolvimento, que ao contrário de representar a evolução para o urbano, representa antes de tudo a valorização das qualidades do mundo rural. “Assim como o capital convencional serve de garantia no caso de mutuários convencionais, o capital social serve também como uma espécie de garantia estando, porém disponível para os que não têm acesso aos mercados de crédito regular. Não dispo de bens físicos para dar garantias, os participantes, na verdade, empenham suas relações sociais. Assim, o capital social é usado para ampliar os serviços de crédito disponíveis nessas comunidades e para aumentar a eficiência com que aí operam os mercados.” (PUTNAM, 2000, p. 178-179).

na eminência de muito em breve passarem para esta condição, cabe uma preocupação com o futuro da agricultura familiar, tendo em vista o esvaziamento do meio rural, principalmente por aqueles que são a força renovadora da agricultura familiar: os jovens.

Este é um problema comum em países europeus e parece tomar dimensões cada vez mais significativas na referida região e no Brasil como um todo. Estudos apontam que no mínimo 12 % de estabelecimentos familiares do oeste de Santa Catarina são habitados por casais com mais de 41 anos de idade e que não apresentam presença permanente de jovens em seu interior. Este número pode ser ainda maior, ou vir a ser, se for considerado que em outros 17 % dos estabelecimentos familiares da região, existe apenas um filho (homem ou mulher) residindo com os pais. (EPAGRI/ICEPA, 1999 apud SILVESTRO et al., 2001, p. 25).

A formação de novas gerações de agricultores historicamente teve uma característica muito específica. Até a década de 1960, a introdução ao mundo do trabalho era uma característica natural e se dava desde muito cedo, quando o indivíduo ainda criança era inserido no trabalho da família, inicialmente tendo pequenas responsabilidades que aumentavam conforme a idade avançava, e desta forma, dava continuidade ao modo de vida paterna para os rapazes, e materna para as moças. Patrick Champagne (1986, p. 3) denomina essa característica de “endorreprodução familiar”.

Para Sorokin e outros (1986 apud SPANEVELLO, 2008, p. 16), na atividade agrícola, a porcentagem de filhos que herdaram a ocupação dos pais é uma das mais altas em todas as classes ocupacionais.

Também aponta Champagne (1986, p. 3) que, apesar das profundas transformações que afetaram a agricultura francesa desde 1945, e, sobretudo, desde 1960, observa-se uma grande estabilidade no recrutamento social dos agricultores: 85% dentre eles eram filhos de agricultores em 1953, 88% em 1970 e 89% em 1977. Outros autores, como Gasson e Errington (1993, p. 184 apud ABRAMOVAY et al., 1998, p. 34) afirmam que, na Grã-Bretanha, 80% dos agricultores em tempo integral prosseguem na atividade de seus ancestrais.

Assim, as sociedades agrícolas reproduziam-se dentro daquilo que Bourdieu (2000) denomina “microcosmo fechado”, com pouca interferência de valores externos à comunidade, seja pela distância geográfica, seja pela distância econômica ou cultural. E neste aspecto, a família exercia um papel fundamental na

manutenção desta ordem de continuidade e reprodução social. Neste espaço a continuidade da profissão de agricultor era tão dominante que não permanecer no campo como agricultor era tido como uma forma de exclusão (MELLO, 2006, p. 2). Para Champagne (1986, p. 11), a crença de que não havia nada melhor do que ser agricultor era um dos mais despercebidos produtos dessas sociedades homogêneas socialmente e separadas do exterior.

O padrão reprodutivo das unidades familiares na região sul do Brasil era muito característico até o final dos anos 1960, assim, mais do que produzir alimentos, a agricultura familiar era responsável também pela criação de novas unidades familiares de produção. Havia uma pressão moral tanto por parte das famílias quanto da comunidade pela continuidade da profissão de agricultor. Para garantir esse processo, as famílias recorriam basicamente a quatro opções:

- a) pela instituição do minorato (ou ultimogenitura);
- b) pelo esforço permanente em dotar os filhos mais velhos dos meios que permitam a reprodução de sua condição de agricultores;
- c) pela valorização da atividade agrícola como forma de valorização da vida adulta;
- d) grande mobilidade espacial e um mercado de terras particularmente dinâmico entre os agricultores familiares. (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 28).

Essa tradição na formação de novos agricultores e na sucessão da propriedade paterna encontra-se fortemente abalada. Conforme Mello e outros (2003, p. 16), acabou a fusão entre o destino da unidade produtiva e o da própria família. A principal hipótese nesse sentido é que houve uma espécie de implosão dos critérios sucessórios e hereditários tradicionais sem que estes fossem substituídos por outras formas predominantes.

Champagne (1986, p. 11) aponta para o “desencravamento” das regiões rurais como um elemento decisivo na destruição das certezas e no rompimento da crença de que não havia nada melhor do que ser agricultor permitindo comparações do modo de vida rural com outras classes sociais.

Os fatores que levaram o meio rural a estas profundas transformações demográficas são complexos. Mello (2006, p. 4) aponta alguns elementos que influenciaram essas mudanças no espaço rural: subordinação crescente ao mercado de produtos agrícolas, sobretudo a indústria alimentar; e a escola e seu sistema formal de ensino, como instrumento principal de dominação simbólica do mundo da cidade. O autor aponta, também, os meios de comunicação, especialmente a

televisão como elementos que exerceram e continuam exercendo papel central nessa transformação.

Para Spanevello (2008, p. 18), as incertezas quanto à sucessão são semeadas pelas próprias mudanças estruturais no meio rural (produtivas, econômicas e sociais) e pelo encurtamento das distâncias entre o rural e o urbano, as quais modificam as relações referentes à família e ao seu modo de produzir e à permanência dos filhos na agricultura.

A leitura da crise no modelo de reprodução na região Oeste de Santa Catarina também pode ser feita como sendo resultado de um modelo agrícola que, a partir dos anos 1980, começa a apresentar sinais de debilidade. Começando pela concentração da suinocultura (que em 1980 era praticada por 67 mil famílias e, já em 1995, o número de suinocultores não passava de 20 mil); diminuição do volume de recursos de crédito agrícola e aumento das taxas de juros; esgotamento dos recursos naturais explorados acima da sua capacidade de uso; redução da área cultivada de milho e soja, numa média de 23,5 mil ha/ano (redução predominante em propriedades de até 50 ha); redução da rentabilidade de produtos tradicionalmente produzidos na região, como o milho e suínos; e também fatores estruturais como a distância de grandes mercados consumidores, escassez de terras nobres, esgotamento da fronteira agrícola, pulverização da estrutura fundiária – 40% dos estabelecimentos tem menos de 10 ha. A ação conjunta destes fatores gerou um quadro de descapitalização de parte significativa das propriedades rurais, o que se reflete na dificuldade de criar oportunidade de trabalho e geração de renda, levando ao êxodo rural (TESTA et al., 1996, p. 22-27).

As incertezas com as futuras gerações de agricultores podem ser medidas a partir dos dados sobre o êxodo rural. Em 1970 a população rural brasileira atingiu seu auge, com 44% do total da população. Já em 1996, a população vivendo no meio rural representava apenas 22% do total. Somente entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 7), sendo que, entre 1991 e 2000, 4 milhões de pessoas deixaram o meio rural (BELTRÃO; CAMARANO; KANSO, 2004, p. 3).

Com relação ao êxodo rural na região oeste de Santa Catarina, Mello e outros (2005) constataram, ao analisarem as taxas de crescimento demográfico da região como um todo e do meio rural especificamente, que estas foram negativas, apresentando uma diminuição de 102 mil pessoas (taxa negativa de 2,49% a.a.),

entre as quais estima-se que mais de 75 mil fossem jovens e, dentre estes, a maioria era de moças. Estes dados demonstram que, mais que o grande esvaziamento do campo, o êxodo rural é marcado pela saída dos jovens, com predominância das mulheres. Conforme Ferrari (2003, p. 101), na faixa de idade de 15 a 24 anos, o número de rapazes que permanecem já supera o de moças em 14%.² Este é o processo em curso: envelhecimento e masculinização do meio rural, o qual traz à tona muitas dúvidas sobre a continuidade das unidades familiares e todas as relações produtivas, econômicas, sociais e culturais presentes no espaço rural.

Além do êxodo rural, que contribuiu definitivamente para o esvaziamento do espaço rural e, conseqüentemente, para as incertezas sobre o processo de sucessão das propriedades, a diminuição na taxa de fecundidade também pode ser considerada um fator importante nesse processo. As famílias são cada vez menores. Pesquisas apontam que a taxa de fecundidade da mulher brasileira residente no meio urbano entre 1970 a 1995 passou de 4,55 a 2,4 filhos; no mesmo período, as mulheres da zona rural passaram de uma média de 7,74 para 3,77 filhos (BELTRÃO; CAMARANO; KANSO, 2004, p. 4-5).

Em síntese, o êxodo rural e a diminuição na taxa de fecundidade, somados aos fatores conjunturais, trouxeram novos desafios para a agricultura familiar, sendo entre eles, a sucessão. Em outros tempos as famílias eram numerosas e o pai deveria escolher um entre seus filhos para lhe suceder e administrar o patrimônio da família e os demais filhos. Conforme a regra, também seguiam a profissão de agricultores em outras propriedades, seja na própria comunidade, em comunidades vizinhas ou, ainda, em comunidades de outros municípios e até mesmo em outros Estados. Atualmente, as famílias têm se deparado com o dilema de não haver nenhum filho disposto a seguir a profissão do pai, nem mesmo a administrar o patrimônio que a família construiu durante a vida.

Na região Oeste catarinense, até 1960, a formação de uma nova geração de agricultores era uma espécie de produto natural da própria atividade agrícola. A continuidade da atividade e do modo de vida paterno, mais que uma escolha, era

² Para o autor, dois são os caminhos que explicam a predominância feminina no processo de migração existente no meio rural: O primeiro é justificado pelo fato que o mercado de trabalho urbano oferece perspectivas novas e diferentes do papel de mãe e esposa, principalmente por um maior nível educacional das moças, e o segundo aponta para a característica das unidades familiares, baseada tradição do patriarcado onde a mulher tem um papel subalterno, e as condições de ser sucessor da unidade familiar é mais favorável aos rapazes. (FERRARI, 2003, p. 104)

uma espécie de destino que a própria organização da unidade familiar, o mercado de terras entre os agricultores familiares, a partilha dos estabelecimentos paternos e a relativa abertura da fronteira agrícola contribuíram a realizar.

A partir dos anos 1970, a agricultura familiar da região expõe-se a uma dupla ruptura. Por um lado, as possibilidades objetivas de formação de uma nova unidade produtiva encontrava-se cada vez mais limitadas. E, por outro, a idéia de que na sua grande maioria, os jovens no campo destinavam-se a reproduzir os papéis de seus pais é cada vez menos verdadeiro no interior das próprias famílias. Portanto hoje a situação está mudada. Ser agricultor não é mais uma conseqüência decorrente do lugar e da posição social em que se nasceu. A região Oeste catarinense começa enfrentar, assim, uma questão sucessória na agricultura familiar, que não existia até pouco tempo atrás e que ameaça a sua continuidade.

Na região Oeste de Santa Catarina, estudos realizados por Silvestro e outros (2001, p. 20-21) constataram que entre a década de 1980 e 1990, aproximadamente 60 mil jovens, com idade entre 15 a 29 anos, abandonaram o meio rural, em mais de 12% das propriedades, os pais já ultrapassaram a idade de 40 anos e não há mais a presença de filhos ou filhas residindo na propriedade. Este é dado agravado pela constatação de que, em outros 17% das unidades familiares, existe apenas um filho ou filha residindo com os pais cuja idade é superior a 40 anos. Para Mello (2006, p. 6), estes números apontam além do “risco a reprodução social e econômica destas unidades, o despovoamento de algumas comunidades e o enfraquecimento do tecido social e as redes de relações”.

Dada a magnitude deste fenômeno social no contexto regional, onde o município de Paraíso está inserido, busca-se nesta dissertação relacionar os impactos econômicos e sociais do processo de sucessão, procurando verificar, junto à família dos agricultores, qual o provável destino dos estabelecimentos sem sucessores (possibilidades de retorno de um filho, venda do estabelecimento, arrendamento a vizinhos ou a outros). Procura-se definir também um conjunto de informações que possam auxiliar na formulação de propostas e políticas de melhor utilização destes estabelecimentos no futuro, buscando garantir o dinamismo do meio rural desta região.

O objetivo geral da presente pesquisa é descrever o processo de transformação social das unidades agrícolas familiares sem sucessores no município de Paraíso, SC.

Constituem objetivos específicos, os seguintes itens:

- Analisar o processo sucessório e de partilha das unidades familiares sem sucessores;
- Verificar junto à família dos agricultores, qual o provável destino dos estabelecimentos sem sucessores;
- Entender quais as possíveis justificativas pela partida dos filhos;
- Estudar as transformações econômicas e a nova dinâmica de funcionamento das unidades familiares sem sucessores.

2 METODOLOGIA

A unidade de análise utilizada na realização da presente pesquisa são agricultores familiares sem sucessores do município de Paraíso/SC.

O município de Paraíso localiza-se no extremo oeste catarinense, a uma latitude de 26°36' sul e a uma longitude de 53°40' oeste.³ A escolha do município se deu pela representatividade da agricultura familiar em sua economia e estrutura social, bem como por estudos regionais que evidenciam um aumento crescente de famílias sem sucessores dispostos a permanecer na unidade de produção.

A presente pesquisa é de natureza descritiva. Foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema e da análise de dados quantitativos e qualitativos, de forma integrada, obtidos pela aplicação de entrevistas ao casal a partir do método de pesquisa misto proposto por Creswell (2007).

As entrevistas realizadas foram embasadas em questionários semi estruturados com questões abertas e fechadas.⁴ Ao utilizar este tipo de questionário, fez-se uso do método de pesquisa misto elaborado para atender os objetivos da pesquisa e permitindo a combinação do método quantitativo e qualitativo, possibilitando a compreensão do processo e da estrutura social das famílias estudadas.

A amostra da pesquisa não teve caráter probabilístico e a seleção foi intencional. Foram selecionadas 15 famílias, totalizando 30 pessoas entrevistadas (o casal), tendo como critério a ausência de sucessores na unidade de produção familiar. Cada casal respondeu a um questionário.

As entrevistas para preenchimento do questionário foram realizadas entre os meses de setembro e dezembro de 2009. Para auxiliar o registro dos dados, foi utilizado um gravador de voz. Após a coleta dos dados e transcrição das entrevistas,

³ Na revisão bibliográfica é apresentada uma caracterização mais detalhada da região Extremo Oeste catarinense, bem como do município de Paraíso/SC.

⁴ O modelo de questionário adotado encontra-se no item "apêndices" da presente pesquisa.

procedeu-se a análise integrada dos aspectos quantitativos - questões fechadas, com as questões abertas, de caráter qualitativo. Esta análise foi organizada e sistematizada sobre 7 aspectos: caracterização das famílias; caracterização das propriedades; o estímulo a permanência; a divisão do trabalho na propriedade; a relação da unidade familiar com os filhos que migraram e o impacto desta migração nas propriedades; a divisão do patrimônio e por último, o futuro da propriedade.

A construção da dissertação partiu do referencial teórico, que embasou o conhecimento sobre o tema proposto, e a discussão dos resultados obtidos pela análise integrada dos dados quantitativos e qualitativos obtidos durante a entrevista e aplicação do questionário. Destaca-se que, na discussão dos resultados, são expressas, na forma de citação, algumas falas captadas dos agricultores durante a entrevista com o auxílio do gravador. Estas citações estão expressas na forma “Família nº xx” seguida pelas iniciais dos nomes do casal entrevistado.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura aqui exposta está organizada sobre três eixos: o primeiro deles faz uma abordagem da região Oeste de SC, retomando aspectos que vão desde a colonização até a crise, também compõe este eixo, caracterização do município de Paraíso e a descrição de algumas propostas que podem representar possibilidades produtivas para a região. No segundo eixo tem como tema geral a caracterização da agricultura familiar, com ênfase a uma revisão dos conceitos de agricultura familiar, os padrões sucessórios e o espaço da mulher na sucessão familiar. O terceiro e último eixo expõem as transformações recentes no espaço rural, e aborda os temas da crise e esvaziamento, a juventude rural, a importância do estímulo na continuidade da unidade de produção familiar, as razões para a migração, o impacto dos modelos educacionais e as políticas públicas para a juventude rural.

3.1 Caracterização da região oeste catarinense: da colonização à crise

O Estado de Santa Catarina está dividido em grandes regiões denominadas mesorregiões. Esta divisão se dá em torno de características geográficas, culturais e demográficas. A mesorregião Oeste é composta por cinco microrregiões, sendo elas: São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Concórdia e Joaçaba. O trabalho proposto será desenvolvido na microrregião de São Miguel do Oeste, no Município de Paraíso (SILVA et al., 2003, p. 14-24).

A região Oeste compreende uma área de 257.300 Km² (26% da área de Santa Catarina), distribuídos em 118 municípios (40% dos municípios catarinenses), e atualmente conta com uma população de 1,15 milhões de habitantes, sendo que a

população rural representa 362 mil pessoas (31% da população rural de Santa Catarina) (IBGE, 2007).

A microrregião de São Miguel do Oeste, também denominada “Extremo Oeste” é composta por 21 municípios que ocupam uma área de 4.241,988 km², sendo considerado São Miguel do Oeste o município pólo da região dispondo de uma maior oferta de especialidades médicas e um campus da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) com 29 cursos de graduação, os quais atraem para o Município centenas de estudantes que se deslocam diariamente dos municípios da região, para estudarem a noite (UNOESC, 2010). Está em andamento a construção do campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC, que disponibilizará, inicialmente, cinco cursos voltados às necessidades regionais (IFSC, 2010).

A economia da microrregião está fundamentada na produção agropecuária, com destaque para a produção de suínos e aves e nos últimos anos, pela consolidação da bacia leiteira. Segundo dados do IBGE (2007), a população da microrregião é de 171.719 pessoas, sendo que no meio rural residem 78.222 pessoas e na zona urbana residem 93.494 pessoas.

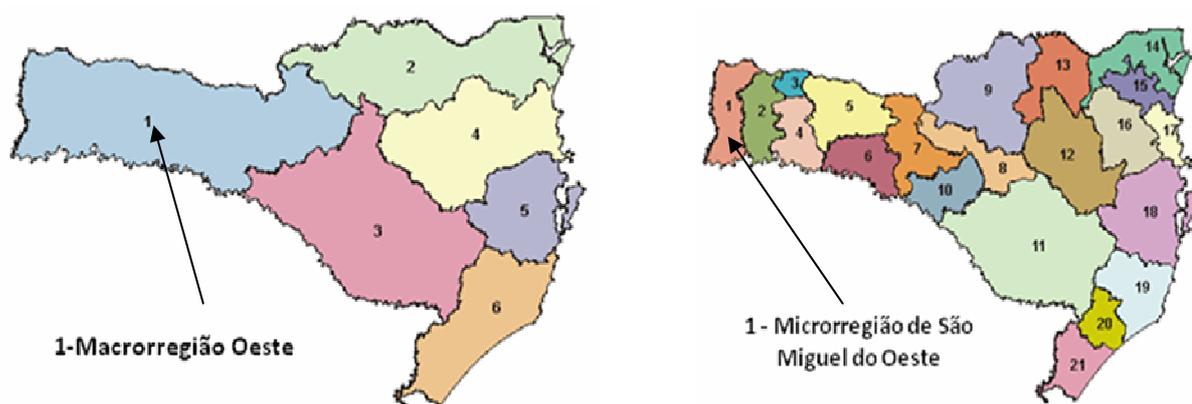


Figura 1- Mapas do Estado de Santa Catarina. No primeiro, destaque para a macrorregião oeste. No segundo, destaque para a microrregião de São Miguel do Oeste.

Fonte: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA, 2010.

O processo de ocupação da região teve início ainda em 1920, porém o fluxo migratório mais intenso se deu a partir de 1940 até o início dos anos 1970, quando os limites de ocupação do território foram atingidos. Os colonizadores da região

eram predominantemente oriundos das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, que vinham em busca da reprodução do seu modo de vida. Os lotes adquiridos normalmente correspondiam a uma área de 24,2 hectares, que representava “uma colônia de terra”(FERRARI, 2003, p. 25-41).

A fertilidade natural dos solos, a extração e a comercialização da madeira foram de fundamental importância para o início do processo de ocupação e geração de capital na região. Como afirma Ferrari (2003, p. 28),

[...] a fertilidade natural dos solos do Oeste catarinense e a exploração da madeira existente nas propriedades ao mesmo tempo em que facilitaram o estabelecimento dos colonos migrantes também permitiram a reprodução das propriedades de pequeno tamanho por um longo período de tempo.

É a partir da década de 1940 que, primeiro com a cultura do fumo e, mais tarde, com expansão da criação de suínos, que os agricultores dão início a uma relação mais próxima com os mercados. Esta fase, também denominada de segundo ciclo de capitalização (o primeiro foi da madeira), marca também o início de um processo que resultou na formação de um dos maiores complexos agroindustriais de suínos e aves da América do Sul. Desta forma, a região tem seu desenvolvimento econômico dependente basicamente do setor agropecuário, seja pela atividade de produção, seja pela dominação das agroindústrias no setor secundário(SILVA et al., 2003, p. 17).

Campos (1987, p. 144-147 apud FERRARI, 2003, p. 32) apresenta quatro fases distintas na relação entre a produção agrícola familiar e as agroindústrias no Oeste catarinense:

- a) produção para subsistência e geração de pequeno capital comercial (até a década de 30);
- b) crescimento do capital comercial e sua expansão em busca do excedente camponês (até meados da década de 40);
- c) surgimento do grande capital agroindustrial e mercantilização da produção camponesa (até o ano de 1965);
- d) consolidação e monopolização do capital agroindustrial e a modernização seletiva da pequena produção familiar (a partir de 1965).

Com isso, se até certo ponto houve uma convergência entre os interesses das agroindústrias e das famílias rurais, fornecedoras de matéria prima, esses interesses entram em conflito a partir da década de 1980. Esse fator, somado à grande distância dos mercados consumidores, à escassez de terras com aptidão a cultivos anuais, à estrutura fundiária excessivamente pequena e à adoção intensiva de insumos e capitais externos à unidade familiar, levou a agricultura familiar a um quadro de crise que transpassa o setor econômico, e interfere também no campo

social e cultural determinando uma ruptura no modelo de reprodução das famílias (TESTA et al., 1996, p. 25). A difícil conjuntura vivenciada pela agricultura familiar é resumida com clareza por Silvestro e outros (2000, p. 9), ao afirmarem que:

[...] a agricultura familiar da região passou a sofrer uma dupla ruptura - no campo econômico e no campo social-que desencadeou uma profunda crise. Por um lado, as possibilidades objetivas de melhorar o desempenho econômico das unidades produtivas encontram-se cada vez mais limitadas. Por outro, os jovens agricultores na sua grande maioria não estão mais dispostos a reproduzir os papéis de seus pais.

Um intenso movimento migratório e de êxodo rural marcou o cenário do Oeste catarinense a partir de 1980. Um dado importante sobre o esvaziamento demográfico é a faixa etária que concentrou a migração e o êxodo rural: em termos absolutos, de 1980 ao ano 2000, a população com idade entre 0 e 24 anos passou de 62,8% para 53,9%, enquanto que a população com idade acima de 25 anos passou de 37,2% para 46,1% do total. Estes dados, somados à queda nas taxas de natalidade configuram um processo de envelhecimento da população. (SILVA et al., 2003, p. 44).

Cabe destacar também uma maior participação feminina no êxodo rural, apontando para uma tendência já presente em países desenvolvidos, que é a masculinização do meio rural. Na região ora em análise, conforme a contagem populacional de 2006 predomina uma maior população feminina no meio urbano – em torno de 3%, enquanto que, no meio rural, o número de homens é superior em aproximadamente 4% ao de mulheres. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

A Tabela 1 apresenta dados relativos à evolução populacional na microrregião de São Miguel do Oeste e do Município de Paraíso⁵:

Tabela 1 – Evolução populacional da microrregião de São Miguel do Oeste (SMO) e de Paraíso.

Microrregião Município	População residente				
	1980	1991	1996	2000	2006
População total					
SMO	181.003	186.803	178.819	171.160	171.716
Paraíso	5.932	5.387	5.164	4.796	4.195
População rural					
SMO	129.912	120.366	104.057	89.394	78.222
Paraíso	5.217	4.524	4.015	3.494	2.868
População urbana					
SMO	51.091	66.437	74.763	81.766	93.494
Paraíso	715	863	1.149	1.302	1.327

Fonte: adaptada de Silva e outros (2003, p. 32) e INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2007).

Como se pode observar entre 2000 e 2006, assim como nas décadas anteriores, o processo de saída de pessoas no meio rural permanecia presente. Conforme os dados, entre 2000 e 2006, mais de onze mil pessoas deixaram o meio rural na microrregião de São Miguel do Oeste, ao mesmo tempo em que a população urbana da microrregião aumentou em um número equivalente ao da saída do meio rural (11.000 pessoas). É bem verdade que esta estatística pode estar apontando para um aumento nas oportunidades de trabalho na região. No entanto, o mesmo não ocorreu em períodos anteriores, quando entre 1996 e 2000 saíram do meio rural 14.663 pessoas enquanto a população urbana da região, neste mesmo período, aumentou 7.003 pessoas, ou seja, um número inferior a 50% dos que saíram foram absorvidos pelo mercado de trabalho regional, tendo a população excedente se direcionado, possivelmente, a outras regiões do Estado e do Brasil.

Parte considerável dos jovens que partiram do Oeste de Santa Catarina, principalmente até o ano de 2000, migraram para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro para trabalhar em redes de lanchonetes e churrascarias. Dados levantados

⁵Embora o município de Paraíso tenha sido emancipado político-administrativamente em 1992, foram encontrados dados referentes à população de anos anteriores a sua emancipação.

por Silvestro e outros (2001, p.24), no ano de 2000, somente duas agências de emprego localizadas nos municípios de São Miguel do Oeste e Guaraciaba colocaram 700 jovens em São Paulo e Rio de Janeiro. O sentimento dos pais com relação à partida dos filhos é evidenciado no depoimento abaixo:

“[...] o dia que esse rapaz chegou e disse que ia a São Miguel ver se arrumava um emprego melhor, ligaram aqui e ele foi pra lá, ai ele voltou dia 30 de abril e disse assim pra mim: pai eu to indo embora pra São Paulo e vou trabalhar em churrascaria lá [...], o dia que ele foi, foi o dia mais triste pra mim, porque assim, eu tenho quase uma colônia de terra aqui, dois filhos eu criei, vendo o meu filho indo embora porque eu não tinha mecanismo, não tinha como segura o meu filho na agricultura. Um: a gente como agricultor da agricultura familiar se sente decepcionado como agricultor.” (Família 03 VLB)

3.1.1 O Município de Paraíso

Assim como toda a região Oeste, a colonização do Município deu-se em função da exploração madeireira. As primeiras famílias colonizadoras chegaram ao Município, que na época pertencia a São Miguel do Oeste, no início da década de 50, mais precisamente no ano de 1951, através da Firma Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda. O nome do local foi escolhido em alusão à beleza das matas naturais existentes.⁶

Os primeiros colonizadores eram provenientes do Município de Anita Garibaldi-RS e outros municípios do Estado. Já habitavam na localidade pequenos grupamentos de populações indígenas e caboclos, porém, com a chegada dos migrantes de origem alemã e italiana, estes passaram a predominar na composição étnica local.

As dificuldades encontradas foram muito grandes, seja em função da distância em relação à sede do Município de São Miguel do Oeste (30 km), seja pela precariedade ou inexistência de estradas e serviços básicos essenciais. Sendo assim, os primeiros habitantes viveram nos primeiros anos da caça, da pesca e das pequenas lavouras de subsistência implantadas.

⁶ Com a finalidade de caracterizar mais especificamente o Município objeto deste estudo, algumas informações não referenciadas contidas neste parágrafo e nos seguintes encontram-se na página da Prefeitura Municipal de Paraíso (2010) na internet. www.paraíso.sc.gov.br

Paraíso, que passou da condição de Distrito de São Miguel do Oeste para Município através de Lei Estadual n. 8.532, de 9 de janeiro de 1992. Localiza-se , a uma distância de 712 km de Florianópolis, capital do estado. Possui uma área territorial de 179 km². Faz divisa ao norte com o Município de Guaraciaba, ao sul com Bandeirante, a leste com São Miguel do Oeste e a oeste com a Argentina. A fronteira entre Paraíso e o país vizinho é demarcada pelo rio Peperi-Guaçu, que pode ser atravessado pela Ponte Internacional Peperi-Guaçu. Do lado argentino, em toda sua extensão, a região de fronteira é ocupada por matas nativas praticamente intocadas, que pertencem à Reserva Florestal Yaboti.

Na Figura 2 pode-se observar a localização do Município, bem como seus limites fronteiriços.



Figura 2: Mapa do extremo oeste do Estado de Santa Catarina, com destaque para o Município de Paraíso.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2007, p. 5.

O Município apresenta uma pequena área com relevo plano, sendo a maioria das áreas caracterizadas por relevo suavemente ondulado a fortemente ondulado, o que pode explicar a predominância de pequenas propriedades na maioria dos estabelecimentos. Cerca de 60% das propriedades do município tem área de até 20 hectares, outros 20% tem área de até 50 hectares.

A produção agropecuária dos agricultores familiares de Paraíso está alicerçada na produção de leite, sendo esta a principal fonte de renda de parte

significativa desses agricultores. Destaca-se, ainda, a suinocultura (com a crise do setor muitos agricultores abandonaram a atividade), a avicultura (poucos produtores com aviários de grande capacidade de alojamento), fumo e milho, e algumas lavouras permanentes de uva e laranja, sendo também em menor escala de importância em termos de mercado, mas não para a subsistência das famílias, a produção de feijão, mandioca e gado de corte. Esta característica do município, com relação à produção agropecuária, é similar a grande parte dos municípios que compõe a microrregião de São Miguel do Oeste.

As atividades industriais são muito limitadas, resumindo-se a pequenas madeireiras e marcenarias e uma pequena agroindústria que beneficia leite. O comércio é movimentado, predominantemente, pela compra e venda de produtos e insumos agropecuários. Desta forma a geração de empregos no comércio e nas indústrias locais é muito restrito, sendo a agricultura a atividade que mais absorve a mão de obra.

O forte êxodo rural em Paraíso, que pode ser analisado na Tabela 2, pode expressar a falta de perspectiva e possibilidades locais. Observa-se que entre os anos de 1980 e 2006, a população do meio rural diminuiu 55% o que equivale à saída de um número de 2349 pessoas do meio rural. No mesmo período a população considerada urbana aumentou somente 612 pessoas o que confirma a assertiva de que a geração de empregos locais é muito limitada e, na ausência de horizontes profissionais mais promissores, são principalmente os jovens que partem para centros maiores em busca de melhores condições de renda, habitação e qualificação.

Tabela 2 – Evolução das populações rural e urbana do município de Paraíso/SC.

Ano	Total	Rural	Urbana
1980	5932	5217	715
1991	5387	4524	863
1996	5164	4015	1149
2000	4797	3494	1302
2006	4195	2868	1327

Fonte: adaptada de Silva e outros (2003, p. 32) e INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2007).

A construção da BR 282 entre São Miguel do Oeste e Paraíso, de acesso ao país vizinho, a Argentina, que possivelmente será um importante corredor de escoamento da produção nacional para portos argentinos e chilenos, gera uma grande expectativa da população municipal e também regional de que uma nova dinâmica se estabeleça na economia. A facilidade de acesso é um fator positivo na atração de indústrias para o município, abrindo novas possibilidades para a ocupação da mão de obra. Novas possibilidades poderão ser exploradas, e, neste sentido, a produção e comercialização de produtos coloniais e ecológicos e a pluriatividade configuram-se como atividades capazes de gerar renda para as famílias rurais, possibilitando a inserção em um novo processo econômico e social.

3.1.2 Possibilidades produtivas à crise da agricultura familiar da região

Estudos como os de Mello (1998) e Ferrari (2003) apontam que o modelo baseado na suinocultura e avicultura, muito presente na região, tende a máxima concentração não caracterizando possibilidade de viabilização para a maioria dos jovens do meio rural. O milho, fumo e feijão, atividades muito presentes, também são muito limitadas na geração de renda tendo em vista as limitações de área de terra e o baixo valor agregado destas culturas.⁷ Atividades como a bovinocultura de leite, a valorização e incremento dos produtos coloniais, os produtos ecológicos e a pluriatividade aliadas a políticas públicas de apoio ao seu desenvolvimento, parecem bastante promissoras e/ou com grandes possibilidades de se tornarem propostas capazes de viabilizar a permanência dos jovens e talvez permitir o retorno de muitos que já partiram em função das dificuldades encontradas, principalmente da falta de alternativas, e inviabilidade econômica das atividades agrícolas tradicionais.

A criação de propostas de atividades que tenham viabilidade econômica, ambiental, social e cultural para a região, passa necessariamente pela ampliação e melhoria de políticas públicas, além da criação de novos instrumentos que sejam mais efetivos e específicos para a agricultura familiar, em especial para a juventude. No que tange ao papel dos agricultores neste processo, a organização de grupos e associações, e a formação de redes formais ou informais que possibilitem que os

⁷ Além disso, os jovens parecem não estarem mais dispostos a desenvolver as atividades agrícolas tradicionais desenvolvidas por seus pais. A baixa remuneração e a penosidade do trabalho são as principais razões apontadas pelos mesmos (SILVESTRO et al., 2001).

agricultores se tornem, individual e coletivamente, os atores dessas novas possibilidades é condição essencial.

Antes de dar início a este debate é preciso destacar uma importante característica da agricultura familiar que é a produção diversificada.

A diversidade de atividade e a combinação delas sob diferentes formas dentro do estabelecimento agropecuário se traduzem em produção diversificada na propriedade, sendo esta uma das características mais importantes para a viabilização da agricultura familiar. (TESTA et al., 1996, p.18)

Sendo assim, as possibilidades acima apontadas surgem como um conjunto de propostas que podem e devem estar associadas para compor uma alternativa de viabilização das famílias rurais.

3.1.2.1 A bovinocultura de leite

A atividade leiteira passou a ter relevância na região a partir de meados dos anos 80, início dos anos 90, quando milhares de agricultores expulsos da atividade suinícola, encontraram na produção de leite a alternativa para compensar a renda perdida com a atividade anteriormente desenvolvida. Desde então, esta atividade tem se tornado “âncora”⁸ para a agricultura familiar, e possivelmente seja a última alternativa de produção do oeste com capacidade de abranger elevado número de famílias.

O crescimento da atividade tem sido expressivo. A produção catarinense de leite em 2006 ocupava o sexto lugar nacional, e no mesmo ano a mesorregião oeste respondia por 72,6% da produção estadual. De 1996 a 2006 a produção nacional cresceu 3,2% ao ano, enquanto que em Santa Catarina e no oeste catarinense o crescimento, no mesmo período, foi de 7,0% e 9,9% ao ano, respectivamente. No ano de 2006 a atividade era desenvolvida em 88.822 propriedades do Estado, destas 51.481 concentravam-se no oeste catarinense. Esta conjuntura aponta que a região Oeste de Santa Catarina é uma das mais importantes regiões do país neste setor (STOCK et al., 2009).

⁸ O termo “âncora” é utilizado por Testa e outros (2003, p. 19) no sentido de ser uma atividade central no sistema de produção, mais freqüente entre agricultores familiares da região, com entrada contínua de renda ajustada tanto à disponibilidade de capital quanto aos recursos naturais e à disponibilidade e às características de funcionamento de trabalho da familiar, ou seja, uma atividade que proporciona garantia de continuidade ao sistema de produção e, por consequência, a família.

Muitas são as características positivas da atividade como, por exemplo: potencial para se estabelecer em quase totalidade das propriedades da região, alta absorção de mão-de-obra, fácil descentralização das unidades industriais, grande alcance social, uso de terras não nobres, ingresso mensal de receita e aumento do ICMS dos municípios (TESTA et al., 1996, p.15-19).

Com um cenário favorável à concretização das possibilidades de inclusão e desenvolvimento acima apontadas para um modelo de desenvolvimento sustentável da produção de leite, há, também, uma grande possibilidade de que os rumos possam ser bem diferentes, uma vez que a produção de leite é ainda um modelo em disputa. Embora este tema seja de grande importância, refletindo na reprodução social da agricultura familiar, neste momento, o texto se deterá em apontar quais os possíveis caminhos que deveriam ser trilhados para atingir o objetivo de garantir a reprodução econômica e social da agricultura familiar e impedir que a cadeia produtiva do leite tenha o mesmo destino da cadeia produtiva dos suínos e aves: concentração da atividade e exclusão massiva de famílias da atividade e por consequência do meio rural.

Um estudo realizado na região Oeste catarinense sobre a produção de leite como estratégia de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar apontou algumas propostas para tal: 1) Incentivo através do ICMS – criação de um fundo rotativo para financiar a implantação de um projeto desenvolvimentista de produção de leite; 2) destinar aos agricultores uma “bonificação inclusora” vinculada a um limite mínimo de escala de produção; 3) um tempo limitado de bonificação condicionado a metas a serem cumpridas; 4) produção de insumos no estabelecimento agrícola e produção de leite a base de sistemas de pastagens perenes, nativas ou naturalizadas; 5) criação de uma agência reguladora da cadeia de lácteos em Santa Catarina com o objetivo de regular a coleta e a formação dos preços, composta por representantes de todos os envolvidos na cadeia produtiva, inclusive o Estado; 6) legislação sanitária para produtos artesanais; 7) programa de melhoria genética do rebanho leiteiro; 8) cadastro de agricultores e freiteiros; 9) estudo sobre a logística de coleta; 10) discussão sobre o conceito de qualidade e da Portaria 56 de maio de 1999 agroindustrialização rural familiar e produção agroecológica (TESTA et al., 2003, p. 35-90).

Para a concretização destas propostas, a atuação do estado, através de políticas públicas, é fundamental a fim de executar um programa de produção de

leite sustentável do ponto de vista econômico, ambiental e social. Esta seria uma possibilidade de evitar a exclusão massiva de famílias do meio rural, e permitir que os jovens filhos de agricultores encontrassem nesta atividade uma alternativa para reproduzir o modo de vida rural.⁹

3.1.2.2 Os produtos coloniais

Também configura entre as possibilidades de geração de renda para a agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina, o mercado de produtos coloniais. Esta é uma atividade ainda na fase inicial de construção, assim como o termo “colonial” também ainda está em construção. A idéia inicial do produto colonial remete a imagem dos colonos imigrantes, principalmente italianos e alemães, que se instalaram inicialmente na Serra Gaúcha e mais tarde migraram para a região Oeste de Santa Catarina e outras regiões do país (DORIGON, 2008, p. 24-26).

Estudos tem demonstrado que há uma crescente aceitação desses produtos pelo mercado consumidor:

“[...] o potencial de crescimento real para os produtos coloniais é ilimitado [...] cabe ainda uma observação sobre a conjuntura favorável para estes produtos, como busca da “Natureza, do “Campo”, “de produtos mais Saudáveis”, enfim de “Qualidade de vida. Esta conjuntura por si só já é uma excelente oportunidade de negócios. (DOGMA/EPAGRI, 1998, apud DORIGON, 2008, p. 3).

O potencial dos produtos coloniais na região, muito além de ser uma alternativa de mercado com características muito específicas, expressa que há um conjunto de interações e relações na sociedade regional baseada em “mitos, crenças e experiências passadas, conscientes e inconscientes que ganham materialidade via produtos coloniais” (DORIGON, 2008, p. 18). Este vínculo associado ao produto colonial é justamente o que o diferencia no grande mercado global.

Aproveitar este nicho de mercado pode representar uma nova possibilidade para a agricultura familiar, em especial para valorizar o trabalho da mulher e do jovem. No entanto há muitos limites a serem superados. As dificuldades para entrar no mercado formal e para adequar os produtos a legislação vigente, faz com que

⁹A atividade leiteira exerce uma boa atratividade sobre os jovens agricultores, tanto que já começa a existir um pequeno movimento de retorno dos jovens que migraram para a cidade. Tendo conseguido acumular recursos financeiros em seus locais de trabalho estes jovens estão retornando e investindo na atividade da produção de leite.

muitas famílias trabalhem dentro da informalidade. Além do mais, um dos argumentos é que a imposição de muitas normas por parte da legislação sanitária descaracteriza os produtos coloniais a ponto de não serem reconhecidos pelos consumidores.

Para Dorigon (2008, p. 17), o colonial “gera a construção de redes que se expandem e se fortalecem” através de uma intensa mobilização social de lideranças do meio rural, ONGs, partidos políticos e sindicatos. Este processo, segundo o autor, leva a valorização e o reconhecimento social desses agricultores, do seu saber fazer, que deixam o isolamento social ao qual historicamente estiveram submetidos quando eram apenas produtores de matérias primas.

3.1.2.3 A Agroecologia

Assim como os produtos coloniais surgem no atual cenário como uma possível alternativa na geração de renda para a agricultura familiar, a produção com orientação agroecológica também tem se mostrado uma possibilidade viável para centenas de famílias na região sul do Brasil, com grande potencial de expansão tendo em vista a grande demanda por produtos “limpos”, “seguros”. Neste sentido, a Agroecologia pode representar uma possibilidade real na garantia da reprodução econômica, social e cultural de muitas famílias rurais.

Muito além de uma nova estratégia de inserção em um nicho de mercado crescente, os sistemas de produção de base ecológica podem ser caracterizados pela produção baseada em conceitos ecológicos a partir da integração entre conhecimento científico e conhecimento local, participação ativa da população rural na determinação das formas de manejo dos agroecossistemas, e também valorização da biodiversidade e da diversidade cultural (CAPORAL, COSTABEBER, 2000, p. 14).

A transição para a Agroecologia, no sentido mais complexo é definida por Caporal e Costabeber (2000, p. 14) como:

[...] processo social orientado a obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrária, a única via capaz de atender requisitos de natureza econômica e socioambiental, entre outras.

Em estudo feito por Schmitt (2002, p. 3), a autora constatou que há na região Sul do Brasil entre 8 a 10 mil famílias engajadas no processo de transição agroecológica. Os números crescentes de agricultores familiares adotando os

sistemas ecológicos de produção é resultado da crescente percepção dos impactos negativos do modelo convencional de produção agrícola sobre as condições de vida e trabalho e, ao mesmo tempo, da grande demanda por produtos orgânico-ecológicos, provenientes de modelos sustentáveis de produção.

3.1.2.4 A pluriatividade

As transformações no processo produtivo e na organização familiar do trabalho fez emergir estratégias nas formas de reprodução da agricultura familiar. A modernização da agricultura liberou mão de obra do meio rural, a aproximação das relações entre urbano e rural e o processo denominado de “modernização difusa”, permitiram que a renda das propriedades familiares, em muitos casos, tivesse um aporte financeiro através de atividades não agrícolas. Este processo, ainda recente no Brasil, é denominado de pluriatividade ou agricultura de tempo parcial (SCHNEIDER, 1995).

Para Schneider (2003, p. 91) a pluriatividade, enquanto fenômeno social e econômico pode ser assim definido:

[...] fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Embora haja uma carência de estudos mais abrangentes relacionados à pluriatividade na região Oeste catarinense, esta parece emergir como uma interessante possibilidade de geração de renda para muitas famílias, emprego de mão de obra jovem e permanência destas pessoas no meio rural. No entanto, são fatores imperativos para tanto, que a conjuntura e os arranjos locais sejam capazes de abarcar esta condição especial dos trabalhadores.

Com se pode observar, existem possibilidades para a manutenção ou até atração do jovem para o espaço rural, no entanto há uma clara necessidade de políticas de apoio para fazer a transição da produção tradicional para aquelas ligadas à economia de qualidade, que tem a finalidade de agregar mais valor aos produtos agrícolas e que sejam capazes de atrair os jovens para o espaço rural. A construção de uma política pública com envergadura capaz de contemplar a

complexidade, a necessidade e as possibilidades atuais da agricultura familiar, deve passar, pelo menos, por três eixos:

a. Instituição de uma política de reordenamento fundiário que permita que as propriedades sem sucessores possam ser passadas para jovens agricultores que não possuem terra e desejam permanecer no meio rural, na profissão de agricultor, com boas condições de acesso a mercados, formação e informações, infra-estrutura produtiva e habitação;

b. Estabelecer um modelo de educação formal e profissional de qualidade, específico para jovens filhos de agricultores ou que desejam se instalar na agricultura. Um modelo com características próprias, que não seja visto como inferior aos modelos adotados no meio urbano, mas que atenda as necessidades de formação profissional e pessoal da juventude rural. Neste modelo de educação a capacitação profissional deve estar presente de forma a potencializar as capacidades individuais, preservar conhecimentos tradicionais, e estarem conectados às necessidades e demandas da sociedade;

c. Política de apoio a alternativas ao modelo convencional de produção: A produção da agricultura familiar, embora diversificada, tem na produção de *commodities* a principal fonte de renda. Baseado nisso o agricultor torna-se, na maioria dos casos, um fornecedor de matérias primas para a indústria, tendo muito pouco poder de barganha sobre a sua produção. Como citado acima, é fundamental a presença do estado na criação e apoio a atividades, como a pluriatividade, a produção ecológica, a agregação de valor através da agroindústria familiar, produção artesanal ou colonial e também na atividade da bovinocultura leiteira- atualmente principal atividade exercida nas unidades familiares da região oeste catarinense.

3.2 Caracterização da agricultura familiar

O presente item traz uma revisão de literatura sobre a caracterização da agricultura familiar a partir da conceituação teórica de alguns autores. Também compõe o presente capítulo uma revisão dos padrões sucessórios, bem como a questão de gênero, enfatizando o espaço e o papel da mulher na agricultura familiar.

3.2.1 Conceituando agricultura familiar

O debate acerca do tema agricultura familiar é ainda recente no Brasil, o qual ganhou maior expressão a partir do início dos anos noventa no campo político pelos embates travados por movimentos sociais, sindicatos rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores e, na esfera acadêmica, por estudos com novos enfoques que introduziram a expressão agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003, p. 29-30).

Até pouco tempo, a agricultura familiar era considerada sinônimo de “produção de baixa renda”, “pequena produção”, “produção de subsistência” conotando a esta categoria um sentido mais de interesse social do que efetivamente econômico e produtivo. O estigma presente era de que o agricultor familiar, ou pequeno produtor era alguém que vivia em condições precárias, com acesso nulo ou limitado ao crédito, utilizava técnicas tradicionais de produção e que não conseguia se integrar a mercados mais dinâmicos e competitivos (ABRAMOVAY, 1997).

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) representa a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro, uma vez que reconhece esta categoria no meio rural e se propõe a destinação de crédito, financiado pelo Estado, para os agricultores enquadrados nas condições preestabelecidas pelo Programa.¹⁰

Embora a agricultura familiar seja reconhecida como uma categoria, sua definição não pode ser homogênea, tendo em vista a grande diversidade econômica, social, cultural, ambiental e regional vivida pelos agricultores nas diversas regiões brasileiras. Lamarche (1993, p. 18) considera que “[...] a exploração familiar não é, portanto, um elemento de diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade”.

¹⁰ Condições para enquadramento no PRONAF: I- Agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa de Reforma Agrária; II- residam na propriedade ou em local próximo; III- disponham no máximo quatro módulos fiscais; IV- obtenham no mínimo 70% da renda familiar da exploração agropecuária do estabelecimento; V- tenham trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando eventualmente trabalho assalariado; VI- tenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 6 mil até R\$ 110 mil nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP- Declaração de aptidão ao PRONAF, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (BNDS, 2011).

Wanderley (2001, p. 22-23) busca em seu estudo entender o que seria a agricultura familiar e quais as diferenças desta com relação ao campesinato, ao agricultor de subsistência e ao pequeno produtor. Para tanto, a autora formulou cinco hipóteses:

1. A agricultura familiar é um conceito genérico com uma grande diversidade de situações e especificidades. Mesmo com esta diversidade, uma característica comum é a propriedade dos meios de produção e a realização do trabalho no estabelecimento produtivo exclusivamente pela família;

2. O campesinato seria uma destas formas particulares e específicas de agricultura familiar;

3. A reprodução da agricultura familiar nas sociedades modernas é viabilizada por mudanças na forma de produzir e na vida social das famílias;

4. As mudanças citadas acima não causam uma ruptura total com as formas anteriormente utilizadas, permitindo a manutenção de certas características da tradição camponesa e uma adaptação às novas exigências da sociedade;

5. O campesinato brasileiro apresenta características particulares que são fruto das condições próprias da história social do país e fundamentam o patrimônio sociocultural que se deve as exigências e condicionantes da sociedade moderna.

Para Abramovay (1998, p. 143), há três atributos que são particulares à agricultura familiar, sendo eles: gestão, propriedade e trabalho familiar. Na definição do autor, a “agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento”.

O trabalho de Gasson e Errington (1993 apud SPANEVELLO, 2008, p. 36) define a agricultura familiar com base nas relações entre a propriedade e o grupo doméstico, considerando aspectos de ordem empresarial e familiar. Assim os autores apontam seis características desta relação:

- 1) A gestão encontra-se nas mãos dos proprietários dos estabelecimentos;
- 2) Os proprietários do empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- 3) É responsabilidade de todos os membros da família prover capital para o empreendimento;
- 4) O trabalho é feito pela família;
- 5) O patrimônio e a gestão do estabelecimento são repassados de geração a geração;
- 6) Os membros da família vivem no estabelecimento.

Hughes Lamarche (1993, p. 15) também considera a família central na caracterização desta categoria. Segundo o autor,

A exploração familiar, tal como a concebemos, *corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Como se pode observar, a agricultura familiar congrega uma multiplicidade de características determinadas por diversos fatores. No entanto, há um consenso de que a família é o elemento central de todos os processos que ocorrem com esta categoria, independente das especificidades.

Para Abramovay e outros (1998, p. 35) “a agricultura familiar produz, gera novos agricultores familiares” através dos processos sucessórios e de herança que reproduzem acima de tudo um modo de vida ligado à atividade agrícola, que representa um patrimônio social e cultural transmitido através de gerações.

3.2.2 Os padrões sucessórios na agricultura familiar

Os padrões sucessórios na agricultura familiar são processos que estão intrinsecamente relacionados às estratégias de reprodução desta categoria. O ponto de partida é dado por Bourdieu (2001 apud SPANEVELLO, 2008, p. 40), para quem o princípio orientador das estratégias de reprodução está alicerçado sobre o princípio do *habitus*.

O *habitus* pode ser definido como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e *organizadores* de práticas e representações. (BOURDIEU, 1989, p. 91)

O *habitus* não pode ser considerado algo mecânico, estático, imutável; ao contrário, supõe uma constante metamorfose a fim de se adequar às situações em constante transformação (RENK, 2000, p. 203). Assim, o *habitus* é produto de uma percepção, apreciação, ação histórica, social, e, por ser fruto de um sistema histórico de relações sociais, transcende o indivíduo e permite um agir e evoluir natural num dado universo social (MELLO, 2006, p. 3).

As estratégias de reprodução utilizadas não se separam, elas se conjugam e se articulam em diferentes espaços de tempo:

[...] não se pode dissociar as estratégias matrimoniais do conjunto das estratégias – penso, por exemplo, nas estratégias de fecundidade, nas estratégias educativas como estratégias de investimento cultural ou nas estratégias econômicas, investimento, poupança, etc. -, através das quais a família visa reproduzir-se biologicamente e, sobretudo socialmente, isto é, reproduzir as propriedades que permitem conservar sua posição, sua situação no universo social considerado (BOURDIEU, 1990 apud RENK, 2000, p. 203).

Para Wanderley (2001, p. 27), as famílias camponesas¹¹, muito mais do que garantir a sobrevivência no presente também desenvolvem estratégias que visam garantir a médio e longo prazo a sucessão entre as gerações. Para a autora, há uma íntima relação entre família, produção e trabalho com:

[...] a expectativa de que todo o investimento em recursos materiais e de o do trabalho despendido na unidade de produção pela geração atual possa vir a ser transmitida a geração seguinte, garantindo a essa as condições de sua sobrevivência.

A reprodução social da agricultura familiar também é tema de estudos de Almeida (1986). Este autor defende a idéia que as famílias rurais utilizam duas formas para garantir sua reprodução e a transmissão do patrimônio familiar. A primeira, sob uma ótica basicamente econômica denominada de “ciclo curto ou ciclo anual” é representada pela combinação de trabalho, recursos naturais e conhecimentos tradicionais, enquanto que a segunda forma de reprodução está alicerçada na lógica do parentesco que perpetua as famílias via casamento, morte e herança denominada de “ciclo longo”.

Um elemento que diferencia de forma significativa a agricultura familiar é que, muito além do exercício profissional, por parte das novas gerações, está implícita também a gestão do patrimônio da família. Para Abramovay e outros (1998, p. 18), “este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar”.

Neste sentido, as questões sucessórias têm um papel essencial e especial quando se trata da agricultura familiar porque a formação de um agricultor, muito além dos bancos escolares, é um processo que se dá desde a mais tenra infância

¹¹ Para Carneiro (2001, p. 23) a Agricultura Familiar é um conceito genérico, conceituada como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Considerando esta generalidade, para a autora, a agricultura camponesa pode ser considerada “uma das formas sociais de agricultura familiar”, com particularidades específicas no que diz respeito as “atividades econômicas, às experiências de sociabilidade e a forma de sua inserção na sociedade global”.

uma vez que, desde criança, o indivíduo começa a se socializar com o trabalho, e os saberes “agrário, agrônômico, telúrico, do saber prático são repassados de pai a filhos, com prática pura sem teoria” (RENK, 2000, p. 277).

Até o início da década de 60, o meio rural era organizado de forma que a família e a comunidade eram determinantes na formação do indivíduo¹². As famílias eram agrupadas em espaços agrários ou comunidades que, via de regra, construíam seus próprios valores, e “funcionavam conforme uma lógica própria, com um campo de possíveis particularmente restritos”.(CHAMPAGNE, 1986, p. 51)

Para Abramovay e outros (1998, p. 27), até a década de 60, mais do que alimentos e matérias-primas, os agricultores do sul do Brasil produziam também novas unidades de produção familiar. Para os autores:

Havia uma fusão entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas dos seus membros [...] era muito forte a **pressão moral** para a continuidade da profissão de agricultor, tanto mais que os horizontes alternativos eram escassos e pouco acessíveis. [Grifos do autor]

Maria José Carneiro (2001, p. 24) percebe a família como “um ator coletivo” que “se impõe aos interesses individuais”. “E o que se estabelece dentro dos limites familiares deve ser respeitado e acatado por aqueles que se reconhecem (e são reconhecidos) como integrantes deste grupo”.

A importância da família sobre a formação de novos agricultores é descrita por Champagne (1986, p. 10):

Pode-se pensar que a família rural chegava a controlar estreitamente todos os seus membros por tanto tempo que nada vinha a concorrer com ela seriamente. Ela conseguia envolver total e continuamente a vida dos filhos, vigiar suas atividades e suas amizades (que eram, aliás, muito reduzidas por causa do isolamento geográfico) e impor-lhes assim seus valores, seu estilo de vida, sua definição da excelência profissional, em suma sua visão de mundo e de futuro.

Considerando que o padrão reprodutivo da agricultura familiar é composto por características muito peculiares, onde os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas dos seus membros se fundiam na pressão moral por parte da família e da comunidade, as limitações no horizonte profissional tornavam possível um padrão sucessório específico (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 27).

Assim, conforme Abramovay e outros (1998, p. 27):

¹² Neste período, estamos falando de um espaço social restrito, com pouca mobilidade social, quase fechado, onde a família era a instância de mediação e onde se discutiam as questões ligadas ao destino da unidade de produção e dos próprios membros da família, sempre obedecendo à lógica coletiva de reprodução social da unidade de produção familiar.

Por um lado há uma base objetiva que faz da agricultura a perspectiva mais viável de reprodução social para as novas gerações. Por outro, a ligação ao mundo comunitário, a incorporação dos valores próprios à continuidade da profissão paterna estão também na raiz desta fusão entre os objetivos da unidade econômica e as aspirações de seus membros.

A continuidade da profissão dos pais se dava naturalmente e conferia um status social. Para aqueles que eram forçados a sair por falta de espaço o sentimento que ficava era o de exclusão. “Havia um olhar de piedade, pela sujeição que representava o trabalho assalariado [...] era o equivalente a servidão [...] e denota rebaixamento social” (RENK, 2000, p. 182)

Para Gasson & Errington (1993, apud ABRAMOVAY et al., 1998, p. 18), a formação de novas gerações de agricultores envolve um processo composto por três partes:

- A sucessão profissional, isto é, a passagem da gerência do negócio, do poder (e da capacidade) de utilização do patrimônio para a próxima geração;
- A transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes;
- A aposentadoria, quando cessa o trabalho e, sobretudo, o poder da atual geração sobre os ativos de que se compõe a unidade produtiva.

Os próprios autores apontam que estas três partes que envolvem a reprodução social da agricultura familiar compõem um processo muito dinâmico influenciado por elementos como normas sociais, particularidades individuais das famílias, variações geográficas e temporais (GASSON & ERRINGTON, 1993 apud SPANEVELLO, 2008, p. 35-49).

Quanto às formas de transmissão do patrimônio, estas não são estáticas, podem se adequar ao contexto histórico, econômico, geográfico e social. No sul do Brasil, até a década de 60, para que se garantisse aquilo que Munton e outros chamam de “ética da continuidade” (1992, p. 69 apud ABRAMOVAY et al. 1998, p. 28), as famílias desenvolveram estratégias que tinham em vista o duplo objetivo de evitar a fragmentação do patrimônio fundiário, o que poderia representar a inviabilidade da unidade de produção e garantir a instalação de outros membros, através da ampliação da fronteira agrícola. As estratégias para alcançar este duplo objetivo são apontadas por Abramovay e outros (1998, p. 28):

- Pela instituição do minorato (ou ultimogenitura);
- Pelo esforço permanente em dotar os filhos mais velhos dos meios que permitam de sua condição de agricultores;
- Pela valorização da atividade agrícola como forma de valorização da vida adulta;

- Pela grande mobilidade espacial e um mercado de terras particularmente dinâmico entre os agricultores familiares.

As estratégias acima apontadas foram observadas em uma pesquisa realizada por Abramovay e outros (1998, p. 24) no município de Saudades, oeste de SC. Nesta pesquisa, os autores classificaram os agricultores em três categorias diferenciadas pelo elemento renda familiar. Sendo assim, os agricultores foram classificados em: consolidados – onde a renda agrícola líquida é superior a US\$ 4200 família/ano; transição – renda líquida entre US\$ 2400 e US\$ 4200 família/ano; exclusão – renda abaixo de US\$ 2400 família/ano. No universo da pesquisa em questão cada categoria representa um terço do total de agricultores.

Na referida pesquisa, os atuais chefes de família, ao serem questionados sobre os critérios de escolha do sucessor na família do pai, 32% do total responderam que foi o filho mais novo, sendo que nesse universo 50% estavam entre os consolidados, seguidos por 31,25% e 15,79% em transição e exclusão, respectivamente (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 29).

Outra pesquisa que apontou o regime do minorato na região sul foi realizada por Papma (1992, apud ABRAMOVAY et al., 1998, p. 29) em São Judas Tadeu, no Sudoeste do Paraná. Os dados levantados pelo autor apontaram que 42% dos entrevistados tiveram acesso a terra através do regime do minorato.

Maria José Carneiro (2001, p. 31-35), ao realizar um estudo comparativo sobre herança e gênero entre agricultores familiares de Nova Pádua/RS e Nova Friburgo/RJ, observou que, embora estes municípios tenham sido originalmente povoados por imigrantes de origem européia (italianos no primeiro caso e alemães e suíços no segundo), a forma de ocupação do território se deu de forma diferente em cada município, diferenciando, conseqüentemente, a forma de reprodução social destas famílias.

As duas primeiras gerações dos colonos imigrantes, que chegaram ao Brasil e à região de Nova Pádua/RS em 1876, tinham como princípio que o filho mais velho deveria ser o sucessor e herdeiro da colônia, enquanto os demais filhos ou se instalavam em áreas vizinhas ou seguiam a carreira religiosa. A partir da terceira geração, o minorato passa a caracterizar os padrões de herança e sucessão, visto que nas famílias, normalmente numerosas, os filhos mais velhos casavam-se primeiro e o mais novo deveria, então, ficar para cuidar dos pais na velhice.

A opção pela primogenitura ou ultimogenitura na sucessão da propriedade familiar ou colônia, não significa que os demais filhos seriam deserdados, ao contrário, havia um esforço muito grande pela colocação dos filhos - geralmente e preferencialmente os homens. Por isso era muito comum que mesmo após o casamento os filhos mais velhos continuassem trabalhando sobre a tutela do pai, a fim de juntar recursos para aquisição e instalação em novas áreas.

A partir dos anos 1930 tem início o processo migratório e a abertura da fronteira agrícola para garantir a instalação dos filhos como agricultores. Estas migrações partiram da região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul em direção ao Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná entre os anos de 1950 e 1970, avançando para o Centro-Oeste e o Norte do Brasil ou então o Paraguai (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 28).

A pesquisa realizada em Saudades/SC aponta dados interessantes referentes ao esforço em dotar os filhos de condições para reproduzirem a condição de agricultores. As condições de dar terra a todos os filhos homens, ou a todos os filhos (inclusive as mulheres), eram maiores entre a categoria dos capitalizados, representando 44%, enquanto que na categoria transição e exclusão os números eram de 25 e 26%, respectivamente. Quando questionados sobre a forma de compensação dos não herdeiros sucessores, apenas 13% responderam não ter havido nenhuma forma de compensação (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 33).

A expressão “filho de agricultor é agricultor”, aludida por Abramovay e outros (1998, p. 31), é utilizada com o objetivo de denotar as elevadas taxas de “endorreprodução familiar” (CHAMPAGNE, 1986, p. 3), fenômeno comum na categoria da agricultura familiar.

Em Saudades/SC, todos os agricultores entrevistados eram filhos de agricultores. Quando questionados sobre a influência dos seus pais nas suas respectivas opções profissionais, 53% responderam que foram estimulados a permanecer e, em um contingente inferior a 2% dos casos, houve um desestímulo para que prosseguissem na agricultura (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 33).

3.2.3 A mulher e seu espaço na sucessão familiar

Para entender o processo de masculinização e as diferenças de gênero existentes no meio rural da região sul brasileira é preciso entender o papel destinado

às mulheres dentro das estruturas familiares desde a colonização até os dias atuais. Assim, será possível entender porque a sucessão na agricultura familiar, com raras exceções, parece um assunto intrinsecamente relacionado ao campo masculino.

No entanto, é preciso deixar claro que muito além de bens materiais, a reprodução social da agricultura familiar traz também a transmissão de outros tipos de bens, os simbólicos, por exemplo, e neste aspecto é imprescindível mencionar o importante papel da mulher como guardiãs e transmissoras privilegiadas de valores (CARNEIRO, 2001, 22).

Embora houvesse uma grande diversidade de formas de transmissão da herança na sucessão familiar no sul do Brasil – em especial entre colonos italianos e alemães – algumas características eram basicamente as mesmas, e uma delas, como acima citado, era a da indivisibilidade da propriedade paterna. Como as famílias eram numerosas, um dos filhos homens seria o escolhido e os demais seriam apoiados, das mais diversas formas, na aquisição de áreas para a instalação de novas unidades familiares. Caso houvesse algum filho homem que apresentasse alguma inaptidão para a agricultura, este era, normalmente, encaminhado para os estudos religiosos. Neste contexto, as filhas não tinham direito a terra como herança (CARNEIRO, 2001). Dito de outro modo, nas palavras de Paulilo (2003, p. 188 apud MELLO, 2006, p. 10), às mulheres restava tornarem-se “agricultoras por casamento”.¹³

Ainda que o Código Civil brasileiro de 1916 garantisse condições de igualdade na divisão da herança, essa lei era sobreposta pelas regras e normas criadas pela família, com o objetivo de garantir a integridade do patrimônio familiar. Mesmo havendo um amparo legal estabelecendo a igualdade de direitos sobre o patrimônio familiar, a família – representada pelo pai, o chefe da família – se impõe como uma entidade supra-jurídica, com regras internas particulares que não se sujeitavam a regras externas ou da justiça oficial, e isto explica porque as normas habituais não reconheciam a todos os filhos os mesmos direitos. Nestes tempos a família, considerada um ator coletivo, era soberana sobre a determinação do futuro

¹³ O casamento tinha, nas comunidades rurais, um valor fundamental na reprodução do modelo de produção familiar dominante até a década de 70. Mais que a escolha individual de dois indivíduos, representava que duas famílias haviam entrado em acordo. Neste período o amor romântico não tinha espaço, as famílias construía os casamentos de acordo com seus interesses e necessidades. Esta sobreposição dos interesses da família sobre o amor romântico que poderia representar certa desordem, um rompimento de barreiras fundamentais como religião e origem étnica, era uma forma de proteção da reprodução das unidades familiares e das próprias comunidades (WOORTMANN, 1995, p. 157-159).

dos seus membros, em oposição ao desejo individual de realização dos mesmos (CARNEIRO, 2001, p. 24).

Neste sentido, as mulheres eram as primeiras a serem excluídas, uma vez que a compensação das filhas, normalmente, era dada através de dotes em dinheiro, animais ou equipamentos para a futura propriedade, por ocasião do casamento, ou ainda auxílio para estudar. Em casos excepcionais, quando permaneciam solteiras ou não tinham irmãos, conforme constatado por Arlene Renk (2000), as mulheres eram então, candidatas a sucessão da unidade de produção familiar.

A divisão do trabalho está entre os fatores que determinam a diferenciação entre filhos e filhas, ou que remetem a questões de gênero. Conforme Woortmann (1995, p. 35), a divisão do trabalho demarca uma oposição ideológica entre o trabalho da casa ou doméstico e o trabalho na lavoura ou agrícola, “é como se houvesse um trabalho parcial produtivo (desde o ponto de vista economicista) e outro “não produtivo” (as atividades da casa)”. Neste aspecto, cabia a mulher o trabalho “não produtivo”, que correspondia às atividades domésticas, o cultivo dos alimentos para subsistência o trato com os animais e ainda o “auxílio na lavoura”. Mesmo com essa jornada, o trabalho da mulher era, e em muitos casos continua sendo, considerado uma “ajuda”, e demonstra a invisibilidade do trabalho agrícola feminino nas propriedades familiares.

A ruptura nos tradicionais padrões de sucessão expressa uma profunda mudança no modo de vida do meio rural, inclusive na postura das mulheres em relação ao casamento, educação e opções profissionais. Se anteriormente havia uma grande pressão por parte da família e também das comunidades para que as moças se casassem com rapazes agricultores, atualmente a situação é muito diferente, apontando uma contradição por parte de muitas famílias que estimulam a partida das filhas para as cidades e a permanência do filho homem no meio rural.

O êxodo rural mais intenso por parte das mulheres e, por conseguinte, a masculinização do campo são fenômenos que, já na década de 1960, representavam um problema social nos países desenvolvidos. Pierre Bourdieu (1962 apud SPANEVELLO, p. 14) publicou um estudo onde apontava esta situação no meio rural francês. Na América Latina, no ano de 1995, um estudo da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL apontava para um número de 5,2 milhões de homens a mais que mulheres no meio rural latino-americano (CEPAL,

1995 *apud* CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 15). Camarano e Abramovay (1999, p. 4) também analisaram as diferenças de gênero e idade presentes no processo de êxodo rural e constataram que na faixa etária entre 15 e 25 anos de idade, somente na década de 1980, 1,8 milhões de mulheres a mais do que homens, deixaram o meio rural.

Camarano e Abramovay (1999, p. 14) levantam três hipóteses para explicar o maior êxodo feminino: 1) a oferta de trabalho no meio urbano; 2) as dinâmicas intrafamiliares onde as moças têm uma pesada carga de trabalho e pouca valorização por isso, somada a falta de perspectiva na valorização do seu trabalho; e 3) a busca por uma formação educacional que lhes traga melhores perspectivas de vida.

Para Anjos e Caldas (2005, p. 674), uma explicação para a masculinização do meio rural está associada ao processo de modernização da agricultura. Para os autores, “a modernização dos processos de produção deve ser entendida como o aprofundamento da expulsão feminina da esfera agrária e a reafirmação do patriarcado”. Um exemplo muito claro do que afirmam os autores é o que acontece na atividade do leite nos dias atuais. Enquanto o leite era apenas um alimento diário utilizado na alimentação da família, era uma atividade estritamente feminina; a partir do momento que este passa para a esfera monetária e tecnológica, é cada vez maior a participação do homem na atividade e em muitos casos já passou a ser atividade restrita ao campo masculino, cabendo a mulher o papel de “ajudante”.

Anita Brumer (2004, p. 210), em sua investigação sobre gênero e agricultura no Rio Grande do Sul, apontou algumas possíveis explicações para a seletividade do êxodo contemporâneo:

[...] pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra.

Na opinião de Silvestro e outros (2001, p. 54), o êxodo feminino no Oeste catarinense é resultado do fato das mulheres estarem mais preparadas que anteriormente para enfrentar a vida urbana, e devido ao questionamento do modelo de vida camponesa. Para os autores talvez esta seja uma das razões que explique a

preferência destas moças em casar com rapazes fora do meio rural. Tudo isso sinaliza a negação, por parte dessas moças, do papel desempenhado por suas mães e antepassadas, na penosa rotina de trabalho. Desta forma, visualizam na cidade maiores possibilidades de formação, realização e reconhecimento profissional.

Os mesmos autores constataram em sua pesquisa que “as moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes”. Em uma amostra de 116 famílias, os autores identificaram que entre os 176 jovens que deixaram a propriedade paterna, 103 eram moças, e 73 eram rapazes. Na mesma pesquisa os pesquisadores não encontraram nenhuma filha que tenha sido escolhida como sucessora ou então dirigisse de fato a propriedade paterna (SILVESTRO et al., 2001, p. 86). Esse desequilíbrio demográfico já aponta para a situação de celibato masculino no campo.

A referida pesquisa, realizada no oeste de SC, questionou as moças e os rapazes sobre o futuro profissional desejado. Para 69% dos rapazes e para 32% das moças entrevistados, o futuro desejado é o de permanecer na agricultura, como proprietários, já trabalhar e morar na cidade é opção para 43% das moças e 20% dos rapazes. Estes números apontam para um desequilíbrio entre o número de moças e rapazes com desejos profissionais semelhantes. É bem possível que os rapazes terão dificuldades em encontrar companheiras para comporem novas unidades familiares (SILVESTRO et al., 2001, p. 41-43).

Entre as explicações para esta seletividade no êxodo rural, a atração favorável do mercado de trabalho urbano não seria suficiente para justificar as grandes diferenças expressas pelos números. A falta de expectativa de valorização profissional e o fato de toda a organização do processo de trabalho e a tomada de decisões estarem “enviesados” contra a mulher podem ser argumentos com maior poder explicativo (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 72-87).

Pesquisa realizada por Abramovay e outros (1998, p. 79) no município de Saudades aponta que quando questionadas sobre o trabalho e a permanência na agricultura, 32% das moças responderam que não querem permanecer na agricultura, mas 43,75% ficariam no campo se pudessem “desenvolver atividades diferentes das dos homens”. Estes dados, embora localizados, podem apontar que há um desejo de permanecer no meio rural, mas com valorização profissional nos vários aspectos da vida social.

Neste sentido, o surgimento de novas atividades no meio rural, como as que realizam a transformação, beneficiamento ou processamento de algum produto agrícola, agregando-lhe valor, denominado de agroindústrias familiares; o desenho de novos formatos técnico-produtivos com base na agroecologia e; a diversificação dos espaços rurais com o turismo rural podem ser interessantes no sentido de proporcionar maior atratividade para os jovens agricultores, sobretudo as moças.

3.3 Transformações recentes no espaço rural

O presente item aborda alguns aspectos relativos às transformações recentes do meio rural que de alguma forma refletem na situação aqui discutida: a falta de sucessores em muitas unidades familiares. Para isso foi dividido em três partes, onde na primeira é realizada uma revisão bibliográfica sobre os fatores que levaram a situação de crise e esvaziamento. Na segunda parte é tratado especificamente o tema da juventude rural, enfatizando as razões da migração, o impacto dos modelos educacionais e a importância do estímulo à juventude na permanência no meio rural. Por último são apresentadas as principais políticas públicas presentes no cenário nacional e que direta ou indiretamente representam uma alternativa para a juventude rural.

3.3.1 Crise e esvaziamento

A análise das mudanças ocorridas no meio rural brasileiro a partir da década de 60 deve estar embasada no entendimento de que estas fazem parte de um processo de mudança da sociedade brasileira como um todo. O período entre a década de 60 e 80 do século XX é marcado pela modernização conservadora da agricultura que liberou um grande contingente de mão-de-obra com a mudança na base técnica de produção, em função da adoção de máquinas, equipamentos e insumos.

Para Sacco dos Anjos e Caldas (2005, p. 662), esta mudança seria um dos mais importantes “vetores de mudança social” que, além de causar um êxodo rural sem precedentes (30 milhões de pessoas “saíram” do meio rural e dirigiram-se às cidades), também levou a “ampliação do comércio mundial, a liberalização dos

mercados e a internacionalização da produção agrícola” e a drástica redução “do caráter agrário e rural da sociedade”.

Para Champagne (1986, p. 1), a rejeição dos filhos de agricultores franceses à atividade agrícola, tida como mal remunerada e penosa, é produto de uma profunda transformação no modo de reprodução devido à “passagem do mundo rural como conjunto de microssociedades locais dominadas pela atividade agrícola, para a atividade agrícola dirigida a um espaço mais amplo, que se integra a outros setores econômicos”.

Estudos de Bourdieu (2000 *apud* SPANEVELLO, 2008, p. 54) e Champagne (2002, 1986a, 1986b *apud* SPANEVELLO, 2008, p. 54) apontam para a “unificação dos mercados de bens simbólicos” ou “alargamento do espaço social”, através da difusão do automóvel, dos meios de comunicação e da política de escolarização. Estes processos seriam os responsáveis pela abertura social, econômica e cultural do meio rural, a aproximação do espaço urbano e a construção de uma visão negativa do espaço rural.

Estas transformações, acompanhadas pela globalização, inseriram os agricultores em um modelo de agricultura voltado aos mercados globais, altamente dependente da indústria, seja para produzir (alta dependência de insumos como adubos, agrotóxicos, sementes, máquinas equipamentos modernos), seja para comercializar. Como um dos resultados, tem-se a subordinação dos agricultores à lógica produtiva dos mercados.

No Oeste catarinense as transformações também ocorreram neste sentido. A construção do maior complexo agroindustrial da América Latina deve-se à força do trabalho da agricultura familiar, baseada em relações comunitárias e na diversidade de produção, e ao apoio do Estado às agroindústrias. Até certo ponto, a relação entre agroindústria e agricultura familiar foi equilibrada, em função de uma “convergência de interesses”. No entanto, com o processo de modernização da agricultura nacional e o apoio estatal às agroindústrias, esta relação agroindústria/agricultura familiar começou a apontar divergências (FERRARI, 2003, p. 32).

As divergências começam a ocorrer a partir do início dos anos 80, quando a agroindústria, em função de um mercado consumidor mais exigente, de uma maior agressividade do mercado externo e, sobretudo por um maior controle do capital agroindustrial sobre o processo de produção passou a adotar um sistema

denominado de “integração”, confirmando uma tendência de seleção/exclusão/concentração de produtores, gerando uma série de externalidades ambientais, sociais e econômicas em função da exclusão de muitas famílias do processo produtivo (FERRARI, 2003, p. 32).

Silvestro e outros (2000) definiram a crise sob a ótica de que:

[...] a agricultura familiar da região passou a sofrer uma dupla ruptura – no campo econômico e no campo social- que desencadeou um processo de profunda crise. Por um lado as possibilidades objetivas de melhorar o desempenho econômico das unidades produtivas encontram-se cada vez mais limitadas. Por outro, os jovens agricultores na sua grande maioria não estão mais dispostos a reproduzir os papéis de seus pais.

A abertura do espaço rural destruiu certezas e a crença de que “não havia nada melhor do que ser agricultor” e a lógica familiar que outrora detinha exclusividade na determinação do futuro dos filhos passa a dividir espaço com outros atores como, por exemplo, a escola (CHAMPAGNE, 1986, p. 24).

Para Maria José Carneiro (2001, p. 28), as mudanças trazidas pela modernização da agricultura nas relações familiares constituem uma ameaça a reprodução da agricultura familiar, uma vez que surgem as contradições entre o “peso do valor família (um ator coletivo que se impõe aos interesses particulares dos seus membros) e o indivíduo (um valor da sociedade moderna)”. Woortmann (1995, p. 37) também partilha de idéia semelhante, pois, para a autora, “(...) a emergência da vontade individual, em detrimento dos interesses do grupo, é percebida como perigosa, e de fato conduz a dissolução do modelo de organização social do grupo”.

Para ilustrar o reflexo das mudanças em curso cabe destacar também o rompimento da tendência a auto-reprodução. Como bem aponta Champagne (1986, p. 12), antes da crise, longe de ter que convencer os filhos a permanecer para sucedê-los, muitas vezes os pais sentiam-se obrigados a fazer o contrário, forçá-los a sair pela falta de espaço. Para os que saíam o sentimento era de “exclusão”, uma vez que “ficar”, “continuar” e “suceder” representava valores dominantes do grupo. Com o “desencravamento” das regiões rurais há um rompimento desses valores dominantes, e os papéis se invertem, sendo que quem fica, o faz por vocação, falta de vocação para os estudos ou por não conseguirem partir.

3.3.2 Juventude rural

A discussão sobre sucessão na agricultura familiar passa necessariamente pelo entendimento do papel que o jovem desempenha neste processo. O jovem é exatamente a força renovadora da agricultura familiar, e como apontam Abramovay e outros (1998, p. 18), “o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e capital”.

No entanto o que se tem observado através de pesquisas e os dados referentes ao êxodo rural, o jovem do meio rural encontra-se numa situação de grande vulnerabilidade no que diz respeito ao seu futuro profissional, o que demonstra a fragilidade do futuro da agricultura familiar. Maria José Carneiro (1998a, p. 1) expressa com muita ênfase este processo:

No contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura.

No Oeste catarinense, o êxodo rural verificado na década de 90 aponta sinais claros da crise vivida pela agricultura familiar, sentida de modo particular pelos jovens.

3.3.3 A importância do estímulo na continuidade da unidade de produção familiar

A afirmação “filho de agricultor é agricultor”, em décadas anteriores poderia ser considerada um padrão vigente. Para a concretização desta assertiva convergia à percepção das famílias, da comunidade e das sociedades locais, e os filhos, via de regra, se sentiam motivados a permanecer. A família é o primeiro espaço de formação da percepção do mundo, do trabalho da vida, portanto a família é fundamental no direcionamento profissional dos filhos. Dados de pesquisa realizada por Silvestro e outros (2001, p. 57) demonstram que, ao contrário de quando havia um padrão de sucessão onde a instalação dos filhos na agricultura era o caminho

natural, nos dias atuais a situação é bem diferente, chega a 50% o número de agricultores que responderam que não influenciam ou desestimulam os filhos a permanecerem na agricultura.

Durante a presente pesquisa de campo, pode se observar um sentimento ambíguo por parte dos pais, visto que, ao mesmo tempo em que gostariam que um dos filhos desse continuidade à propriedade, consideram que sua partida em busca de um “futuro melhor” é inevitável, uma vez que as condições na agricultura “estão muito difíceis”. Este sentimento representa a crise de identidade vivida por estes agricultores.

Em pesquisa realizada na região do vale do rio Taquari, no Rio Grande do Sul, Vera Regina Carvalho (2007, p. 4) também constatou que o agricultor não está mais influenciando seus filhos na continuidade de suas atividades. Segundo a autora, a mudança fica evidente quando comparada a influência recebida pela atual geração de agricultores e a motivação destes aos filhos: 62% dos atuais responsáveis pelas unidades de produção foram estimulados a permanecer na agricultura, em contrapartida, 47% dos entrevistados responderam que não influenciam a opção profissional dos filhos e, em 19,6 % dos casos, há um desestímulo aos filhos para seguirem a profissão de agricultor.

Em seu estudo sobre a dinâmica sucessória na agricultura familiar, Spanevello (2008, p. 157) analisou a relação entre propriedades com e sem sucessores com a percepção dos pais e o estímulo dado aos filhos. A autora constatou que nos casos das famílias que não tem sucessores a percepção da profissão de agricultor é negativa e os pais não estimulam seus filhos a permanecer na atividade agrícola. Entre as famílias com sucessores, a autora observou que a percepção da ocupação é positiva e os pais estimulam seus filhos a seguir na propriedade e na ocupação agrícola.

3.3.4 Razões da migração

Muitas pesquisas têm buscado explicação para entender, sob a ótica dos jovens, os motivos que determinam a escolha de uma ou outra opção, a de ficar ou a de partir, inclusive sobre o viés de gênero. As justificativas são diversas: de ordem econômica, social, cultural, autonomia, educação, entre outras.

A subordinação e a submissão à autoridade do pai, a falta de espaço na tomada de decisões, a falta de uma renda própria, o aumento de oportunidades de trabalho em atividades urbanas, industriais e prestação de serviços – que em contraposição aos trabalhos do meio rural, permitem uma menor jornada de trabalho, uma remuneração fixa, autonomia financeira em relação aos pais e maior tempo destinado ao lazer – e uma maior escolarização são, para Brumer e outros (2007, p. 10-11), aspectos capazes de influenciar a partida dos jovens para o meio urbano.

Abramovay e outros (1998, p. 72) também compartilham da idéia acima levantada. Para os autores,

[...] os pais continuam dirigindo os estabelecimentos sem a participação ativa dos sucessores. Esta situação é uma ameaça ao próprio desenvolvimento da unidade produtiva, já que inibe a atividade, o talento e a capacidade inovadora dos jovens e estimula-os a buscar outras alternativas de vida.

Na pesquisa realizada pelos mesmos autores no município de Saudades/SC, a falta de reconhecimento do trabalho dos filhos pode ser constatada através dos números seguintes: em 43,40% dos casos, os filhos “tem que pedir dinheiro toda vez que precisam” e em 28,30% dos casos “o pai decide e toma a iniciativa de dar dinheiro a seu critério”. Quando questionados se desenvolviam alguma atividade de cunho individual, 87,10% dos jovens responderam que não desenvolvem atividades individuais com objetivo de obter seu próprio dinheiro. (ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p. 18).

O Quadro 1 a seguir, sintetiza os fatores que, na opinião dos atuais responsáveis pelas propriedades estudadas, são atrativos do meio urbano e do meio rural para os jovens rurais. A pesquisa foi realizada na região do Vale do Taquari, RS.

Fatores que atraem os jovens para a área urbana, na opinião dos responsáveis das atuais propriedades	Fatores que mantêm os jovens na área rural, na opinião dos responsáveis das atuais propriedades
Salário constante	Apego e amor a terra
Trabalho menos penoso	Custo de vida mais barato
Mais tempo livre (férias, fim-de-semana livre	Um lugar mais seguro
Possibilidade de estudo	Ser dono do próprio negócio
Liberdade de escolha de opções de trabalho	Melhor qualidade de vida
Ilusão	Garantia de trabalho
Possibilidades maiores de aposentadoria	Tradição
Mais lazer	Dificuldade de arrumar emprego
Vida social mais intensa	Mais próximo a família
Melhor status	Melhor remuneração

Quadro 1: Fatores de atração para o meio urbano e para o meio rural para a juventude rural.

Fonte: REVISTA DA JUVENTUDE RURAL DA FETAG-RS, 2008, p. 7.

Anita Brumer e outros (2007, p. 32), em pesquisa sobre a situação dos jovens rurais no Oeste catarinense, levantaram informações importantes relativas às perspectivas presentes e futuras dos jovens rurais. Constataram que são condições relevantes na definição dos jovens pela sua permanência no meio rural: família e qualidade de vida (neste aspecto, entram questões como lazer, boa moradia, ajudar os pais, contato com a natureza,...); renda (renda própria do jovem, renda familiar, etc.) e; presença de um (a) companheiro (a), o que aponta para a preocupação na formação de uma família.

É preciso destacar a falta de espaços de cultura e lazer como um fator importante para a saída do jovem do meio rural. O êxodo rural que vem ocorrendo nas últimas décadas levou a um enfraquecimento das comunidades, conseqüentemente das atividades culturais que eram comuns naqueles espaços. Somado a isso, a aproximação entre meio urbano e rural fez com que os jovens rurais procurem na cidade a realização das atividades de cultura e lazer (festas, prática de esportes, cinema, etc.). Segundo Carneiro (1998b, p. 257), “a ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração”. Curiosamente, há um processo inverso por parte das pessoas do meio urbano, que consideram o meio rural um lugar de descanso e tranqüilidade (CARNEIRO, 1998b).

A valorização do jovem, através de políticas públicas específicas é muito importante. Ao mesmo tempo em que muitos estudos apontam para o desejo de partir, há também muitos jovens que gostariam de permanecer se as condições apontadas acima se concretizassem. Em sua pesquisa sobre o futuro dos jovens rurais no oeste catarinense, Brumer e outros (2007, p. 29) constataram que 88% dos

rapazes entrevistados e 60,9% das moças indicam o campo como alternativa para estabelecer moradia. Abramovay e outros (1998, p. 42-43) constataram que 64,52% dos rapazes têm na permanência na agricultura seu futuro provável e desejável; já entre as moças, apenas 25% deram a mesma resposta.

Para Maria José Carneiro (1998a, p. 21), o estreitamento das relações entre campo e cidade, o desemprego e aumento da violência nos centros urbanos, e as dificuldades encontradas pelos jovens de origem rural nestas cidades, são fatores que tem levado muitos jovens a refletir sobre suas possibilidades no meio rural. Para tanto, segundo a autora, é muito importante a construção de novas alternativas de trabalho no campo, tendo em vista a nova conjuntura, em função da proximidade entre campo e cidade e pela facilidade dos meios de comunicação.

3.3.5 O impacto dos modelos educacionais

Um importante elemento de mudança ocorrido nos últimos anos é a educação. Em outros tempos, a educação não era prioridade das famílias e um jovem tinha acesso aos estudos, geralmente, quando se dedicava a carreira religiosa. Arlene Renk (2000, p. 277) capta com muita clareza a percepção que os agricultores tinham a respeito deste assunto: que “estudo não enche barriga”. Este tema poderia ser aqui aprofundado, abordando as diferenças entre colonizadores alemães e italianos no que diz respeito à educação, bem como o recorte de gênero, que era muito comum, e fazia que os filhos tivessem predileção na escolarização em detrimento das filhas. No entanto neste momento, o trabalho se limitará a tratar a educação como elemento de transformação do meio rural a partir das mudanças já apontadas, que inclusive mudaram as concepções dos próprios agricultores sobre educação.

Weisheimer (2005) fez um levantamento sobre os estudos relacionados à temática juventude rural no Brasil e, no que diz respeito à educação, conclui que há dois focos de formação com resultados bastante diferentes: o primeiro foco é aquele da rede pública de educação, baseado no modelo urbano industrial, que se distancia do trabalho agrícola e introduz na vida destes jovens valores e estilos de vida urbanos, onde há um predomínio das moças e o segundo refere-se à educação baseada na participação dos jovens, filhos de agricultores, em projetos de

capacitação profissional e suas conseqüências sobre a permanência dos jovens no meio rural, neste modelo há uma predominância de rapazes.

Com isso, pode se refletir que a educação básica formal pode representar um entrave à reprodução da agricultura familiar. No Brasil, o acesso a educação evoluiu significativamente nas últimas décadas, no entanto, o programa de nucleação¹⁴ contribuiu para o desenraizamento social e cultural dos alunos do campo, não apenas por deslocar o espaço físico da escola, mas por manter um modelo de educação urbano (KREMER, 2009, p. 5).

Bourdieu (1970 apud MELLO, 2006, p. 15) define o processo de nucleação como uma “violência simbólica”. Neste sentido,

[...] a transmissão pela escola da cultura escolar (conteúdos, programas, métodos de ensino e de avaliação, relações pedagógicas e práticas lingüísticas) próprias a classe dominante, revela uma violência simbólica exercida sobre os alunos de classes populares, como é o caso de adolescentes e jovens filhos de agricultores.

Mello (2006) acredita na hipótese de que a escolarização abala profundamente o domínio da família rural sobre seus filhos e que o sistema de ensino e todo o ambiente em torno da escola estigmatizam negativamente o meio rural, a agricultura e o ofício de agricultor, pesando negativamente sobre a reprodução social da agricultura familiar.¹⁵

Em seus estudos na França, Champagne (1986, p. 23) observou que a partir do aumento do período da escolarização obrigatória e da transferência das escolas para regiões urbanas, com um corpo de professores desconhecidos, houve uma transformação nas relações de poder dentro do grupo familiar. Para o autor, a escola contribui para “solapar a autoridade tradicional dos pais”, transformar e desvalorizar os saberes e os modos tradicionais de transmissão, além de modificar a relação entre o trabalho manual e o jovem. O autor cita duas passagens de sua pesquisa

¹⁴ Nucleação escolar é um processo que ocorreu na década de 90 com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino no meio rural. As escolas rurais isoladas, com turmas multisseriadas (normalmente os alunos de primeira a quarta série ficavam todos em uma mesma sala, onde todos eram atendidos por apenas um professor) são substituídas por escolas centralizadas, que recebem alunos de varias comunidades, com a proposta de turmas unisseriadas, professores mais qualificados e melhor qualidade de educação. Neste novo processo, em muitos casos, alunos do meio rural freqüentam escolas em zonas urbanas.

¹⁵ O processo sucessório da agricultura está agora tendo que ser decidido em um contexto de espaço social ampliado, que foi alargado por vários fatores, sendo o modelo educacional o mais relevante deles, com grande mobilidade social, onde a família perde espaço como instância de mediação principal, e mesmo na socialização primária dos filhos. Por causa disso ocorre uma intensificação dos conflitos familiares a partir de uma crescente tensão entre as novas oportunidades que surgem para os jovens e a estratégia do chefe da família, que é a reprodução social da unidade familiar, da qual a permanência de pelo menos um filho é fundamental e necessária.

que apontam, segundo os próprios agricultores, o efeito dos estudos sobre os jovens/filhos: “por causa dos estudos, os jovens não podem ter o ofício na pele, como nós tivemos” e “mais vale não mandar os filhos para a escola se a gente quer fazer deles agricultores”.

Sob outro ângulo, a educação é vista por muitos jovens, e também por seus pais, como um passaporte para uma “vida melhor”, Carneiro (2005, p. 248) expressa esta situação com muita clareza:

[...] o estudo é, então, visto como principal caminho par abrir novas alternativas ao “trabalho pesado”, ao pequeno retorno monetário e as incertezas sobre o futuro da agricultura, o que leva esses agricultores a vislumbrarem a cidade como alternativa desejável para os filhos, onde “a vida é mais fácil”, em comparação ao “péssimo negócio” que representa a atividade agrícola.

No que tange o tema educação, um aspecto importante a destacar é a distinção de gênero. Embora muitos jovens, visualizem nos estudos uma possibilidade para a saída do meio rural, para as moças este aspecto ganha ainda mais destaque. Silvestro e outros (2001, p. 88) constataram essas diferenças entre rapazes e moças em sua pesquisa. Quando perguntados sobre onde aplicariam recursos, caso os tivessem disponíveis, 12% e 49% dos rapazes investiriam na educação e agricultura respectivamente, já 39% das moças investiriam na educação e apenas 24% delas investiria na agricultura.

Brumer e outros (2007, p. 32) também encontraram dados semelhantes em sua pesquisa. Quando questionaram rapazes e moças sobre como gastariam o dinheiro caso o tivessem, 52,2% das moças responderam que gastariam no estudo e formação para o mercado de trabalho; deram a mesma resposta apenas 17% dos rapazes. Entre os rapazes predominaram respostas relacionadas ao investimento em atividades de cunho agrícola.

Se o investimento nos estudos é visto como uma ponte para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho, o mesmo investimento não é visto como necessário para aqueles que almejam ficar no meio rural e ter como profissão a agricultura. Isso parece uma contradição, uma vez que o meio rural – através das transformações sociais, econômicas, culturais e estruturais pela qual passou nas últimas décadas – exige que os agricultores estejam atentos e conectados à conjuntura global que se transforma constantemente. Por outro lado, é possível que a falta de percepção da importância do estudo por aqueles que desejam permanecer ocorra pela falta de identidade destes com o modelo de educação vigente, que está

pautado em uma realidade alheia e bem diferente daquela vivida pela agricultura familiar.

O desprezo, a falta de condições de acesso, a distância da escola e a falta de mão de obra na família são elementos que podem justificar a má formação dos jovens que tendem a permanecer na atividade agrícola. Isto é expresso em dados concretos levantados por Silvestro e outros (2001 p. 50-53). Ao analisarem dados do censo realizado pela Epagri/ICEPA em dez municípios da região oeste de Santa Catarina, composta por 9.190 propriedades onde viviam 1.940 jovens entre 25 e 29 anos, candidatos à sucessão hereditária, constataram que 60% destes estudaram apenas até a quarta série e 4% são analfabetos. Na faixa entre 19 e 24 anos, de 1.823 jovens residindo no interior, 38% deles estudaram até a quarta série.

Nesta mesma pesquisa também fica nítida a diferença de escolaridade entre aqueles que partiram para a cidade e os que permaneceram no meio rural. Nas 116 famílias estudadas, dos 187 jovens que saíram da casa paterna, 115 partiram para a cidade enquanto que 72 instalaram-se no meio rural. Ao comparar o grau de escolaridade dos que partiram para a cidade e dos que ficaram no meio rural, as diferenças são contrastantes: 69% dos que permaneceram no meio rural têm o grau de instrução entre primeira e quarta série, e os 31% restantes estudaram até a oitava série, já entre os que migraram para a cidade, 36% estudaram até a quarta série, 45% estudaram até a oitava série, 16% concluíram o segundo grau e 1 e 2% têm curso superior incompleto e completo respectivamente.

Em síntese, a busca pelo estudo representa a procura por melhores condições de vida no futuro. Brumer e outros (2007, p. 38) constataram “que o futuro dos jovens no meio rural está em grande parte atrelado à possibilidade de obtenção de uma renda, tanto para os rapazes como para as moças”. Para tanto, a criação de políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável, que valorize a juventude e considere as diferenças de gênero, parece vital.

3.3.6 Políticas públicas para juventude rural

Assim como a agricultura familiar tem ganhado destaque nos últimos anos, o debate junto do tema juventude rural também vem ganhando relevo. Em termos de políticas públicas para a juventude rural, foram criados alguns programas a nível

federal para dar conta das necessidades dos jovens rurais, embora não na mesma proporção das demandas atuais.

Entre os programas específicos para os jovens rurais, podem ser destacados o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) com a linha específica Nossa Primeira Terra (de acesso para jovens rurais de 18 a 24 anos); o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do “PRONAF jovem” destinado ao financiamento de investimentos para jovens agricultores e agricultoras e o programa Arca das Letras, que leva às comunidades rurais, pequenas bibliotecas, facilitando o acesso à leitura e ao conhecimento. Estes programas estão todos vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2010a).

Associado a estes programas, é preciso destacar também outros que contribuíram para a melhoria das condições de vida no meio rural, trouxeram novas possibilidades de renda e que, de forma direta ou indireta, poderão influenciar o jovem em suas decisões de ficar ou partir. É importante mencionar o programa de habitação rural, que melhorou as condições de habitação de centenas de famílias, o que se reflete na auto-estima das mesmas e; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que faz parte do Programa Fome Zero e permite a aquisição direta de alimentos dos agricultores para doação a pessoas em situação de vulnerabilidade social ou a formação de estoques. Cabe destacar que o último Plano Safra da Agricultura Familiar – Plano Safra 2010/2011 –, reforça a implementação da Lei da Alimentação Escolar, que determina que no mínimo 30% dos recursos destinados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de alimentação escolar sejam gastos na aquisição de produtos da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (MDA, 2010b).

Sem dúvida as políticas públicas dos últimos anos de certa forma representam melhorias para as famílias rurais. No entanto, o número de famílias que deixa o espaço rural em busca de melhores condições de vida e trabalho é um sinal de que há muitas limitações na construção e implementação de políticas complementares que precisam ser superadas.

Neste aspecto, é importante destacar um exemplo do que a pouco foi citado. No Brasil há dois modelos de produção agrícola, um baseado na agricultura familiar e outro não familiar. A agricultura familiar representa 84% estabelecimentos rurais, espremida em apenas 24% área agrícola, abrigando 74% dos trabalhadores do

campo e produzindo uma fatia significativa de vários produtos agrícolas presentes na cesta básica do brasileiro. Na outra ponta, a agricultura não familiar representa 16% dos estabelecimentos rurais que ocupam 86% das terras agrícolas do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006). Como se não bastasse à contradição presente na concentração fundiária, as políticas públicas parecem reforçar as discrepâncias apontadas pelos dados do IBGE. Um exemplo contundente disto é a atual política de crédito do Governo Federal para a agricultura que, ao passo que destina 16 bilhões de Reais para a agricultura familiar, oferece 100 bilhões de Reais para a produção agrícola organizada sob outros moldes que não o familiar (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010b).

Com isso, é preciso considerar que embora tenham evoluído, as políticas públicas ainda não são suficientemente adequadas para dar conta do lento e persistente processo de esvaziamento do meio rural, principalmente por parte da população jovem. Este trabalho pontua algumas considerações sobre o tema e percebe a necessidade da criação, pelo estado, de um conjunto de políticas mais adequadas e abrangentes para a instalação de jovens no campo, seja na agricultura, seja em outras atividades não agrícolas, conforme demonstrado anteriormente neste trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa levada a campo, com o objetivo de conhecer e compreender o futuro das propriedades sem sucessores no Município de Paraíso/SC. Os dados foram coletados por meio de entrevista, com auxílio de questionário com questões abertas de caráter qualitativo e por questões fechadas de caráter quantitativo (Apêndice). Os dados quantitativos são apresentados na forma de tabelas ou diretamente no texto, as informações de caráter mais amplo, qualitativas são apresentadas na forma de citação direta, no corpo do texto.

A discussão está dividida em sete partes, sendo elas:

Na primeira parte, será apresentada uma caracterização das famílias através da análise de dados relativos à idade do casal, às condições de saúde, ao grau de instrução ou escolaridade dos mesmos e ao número de filhos.

Na segunda parte, o trabalho dedica-se à caracterização das unidades de produção familiar a partir de dados relativos à forma do trabalho desenvolvido, à contratação de máquinas e mão-de-obra, às fontes de renda das propriedades e à presença de atividades não-agrícolas.

Na terceira, será analisado se as famílias pesquisadas estimularam de algum modo, seus filhos a permanecer no meio rural para dar continuidade às atividades da propriedade. Ademais, busca-se saber, nos casos em que houve estímulo, de que forma o mesmo foi dado e se houve diferenças entre filhas e filhos.

Conhecer como é feita a divisão do trabalho nas lavouras, criações, bem como nas tarefas domésticas, a partir da saída dos filhos, será o tema tratado na quarta parte. Os dados levantados apontam algumas mudanças nos padrões até então dominantes, e que vigoravam no passado.

Na quinta, será apresentada a discussão da relação da unidade familiar com os filhos que migraram e o impacto que esta migração trouxe para estas propriedades. Também será abordado o sentimento que os pais têm em relação à

saída dos filhos, bem como a intenção dos homens e mulheres, após a saída dos filhos, fixarem residência na cidade.

A sexta parte tem o propósito de fazer a discussão sobre a divisão do patrimônio. Para tanto serão apresentados dados relativos à origem da propriedade e à forma como as famílias em análise percebem o processo de divisão da herança do patrimônio envolvido (terra, máquinas, benfeitorias, animais, etc.).

A sétima e última parte se propõe a analisar e compreender o possível futuro destas propriedades que já passam pela situação de ausência de sucessores. Neste sentido, as famílias foram questionadas sobre suas expectativas e o desejo que um filho retorne para ser agricultor. Também seus anseios referentes à possibilidade da propriedade ficar com alguém da família ou para quem gostariam de vendê-la. Por fim, saber o que estes casais pretendem fazer em termos de produção nos próximos anos e como imaginam suas propriedades num horizonte de dez a quinze anos, e depois de venderem essas propriedades onde e como pretendem fixar residência.

4.1 Caracterização das famílias

Os resultados aqui apresentados permitem analisar as características das famílias entrevistadas sob os aspectos da idade do casal, das condições de saúde, do grau de instrução ou escolaridade dos mesmos e do número de filhos. No que concerne à média de idade dos casais entrevistados, os dados podem ser observados na tabela 3.

Tabela 3 - Faixa etária de homens e mulheres que compõem as unidades familiares sem sucessores

Quantos anos você tem?			
Faixa etária	Homens	Mulheres	Porcentagem total (%)
Até 50 anos	6	6	40
De 51 a 55 anos	4	5	30
Mais de 55 anos	5	4	30
Total	15	15	100

Fonte: dados da pesquisa, Paraíso/SC 2009

Os dados chamam atenção, pois 40% dos homens e mulheres entrevistados têm idade inferior a cinquenta anos, e, se a análise feita considerar a faixa etária até 55 anos esta porcentagem sobe para 70%. Isso caracteriza uma situação em que

propriedades, sem sucessores, apresentam casais (os pais) relativamente jovens e com uma expectativa de vida ativa e relativamente longa no trabalho da propriedade. O fato de os pais serem ainda jovens pode estar apontando o motivo pelo qual, mesmo sem a expectativa do retorno dos filhos (73% acreditam que os filhos não retornem), 1/3 das propriedades pretendem ou demonstram interesse de realizar investimentos na unidade produtiva familiar. A existência de unidades familiares onde os pais são ainda relativamente jovens, e não há presença de sucessores, pode estar apontando que o jovem está saindo da propriedade cada vez mais cedo. Esta mesma tendência já tinha sido observada por Silvestro et al (2001), só que nos dias atuais ela se apresenta com maior intensidade.

Com relação ao estado de saúde dos casais, foi constatado que 60% dos homens e 53% das mulheres apresentam algum tipo de doença. As mais comuns são problemas de coluna, articulações, pressão alta e outras doenças cardíacas. Esta condição pode estar sendo ou vir a ser uma limitação no desenvolvimento das atividades da propriedade.

Possivelmente o fato de mais da metade dos casais estarem de alguma forma limitados por problemas de saúde é reflexo das condições de trabalho penosas existentes desde a infância. É muito comum encontrar nestas propriedades grandes aglomerados de pedras construídas através do trabalho manual destes agricultores, com o objetivo de mecanizar as lavouras ou facilitar o trabalho. Alguns destes agricultores foram também desbravadores das suas propriedades, então, derrubar a mata fez parte do trabalho para muitos destes agricultores e agricultoras. Estas atividades, pela penosidade, refletem hoje certas marcas percebidas na face de muitos agricultores.

No que tange a questão do grau de instrução, os números confirmam o que pesquisas já apontaram sobre a percepção da educação em gerações passadas. Educação e agricultura eram vistos como opções divergentes, assim, para permanecer na agricultura bastava ter o gosto pelo trabalho. Entre os homens e mulheres entrevistados, 90% levaram seus estudos no máximo até a quarta série do ensino fundamental.¹⁶

¹⁶Aqui é bom lembrar que ainda estamos falando de uma geração de agricultores onde estudar até a quarta série do ensino fundamental era considerado como suficiente para desempenhar a função de agricultor.

Na opinião dos agricultores das gerações anteriores e, de certa forma, ainda hoje, a educação não é reconhecida como fundamental para aumentar a renda na agricultura familiar, ao contrário do meio urbano, onde os anos de estudos estão diretamente relacionados à possibilidade de salários maiores.

A questão da educação é bastante complexa. É analisada aqui sobre dois aspectos. Primeiro: sempre houve no meio rural a concepção de que para reproduzir a condição de agricultor, o aprofundamento nos estudos era desnecessário. Pesquisas comprovam isto, Silvestro et al (2001, p. 51) aponta um forte contraste no nível educacional dos filhos de agricultores que partiram para a cidade e dos que permaneceram no meio rural. O autor observou que dos filhos que permaneceram no meio rural dois terços estudou até a quarta série, no entanto, este grau de instrução foi observado em um terço daqueles que partiram para o meio urbano. Nenhum dos que permaneceram no meio rural tem nível superior a oitava série.

No segundo aspecto, é preciso considerar que os filhos de agricultores que investiram na educação, o fizeram predominantemente não com vistas a voltar para a propriedade, mas sim ingressar em profissões ou carreiras mais promissoras.

Esta percepção com relação à educação pode ter suas raízes no modelo de educação dominante. Se estes pais não tiveram oportunidade de levar seus estudos adiante pelas mais diversas limitações, os filhos destes casais com uma maior condição de acesso a escola parecem optar por outras profissões. Autores como Carneiro (2005) e Champagne (1986) apontam isso em seus estudos. Conforme os autores o estudo é visto como um elemento fundamental no distanciamento dos filhos dos agricultores das atividades agrícolas.

O estudo realizado por Weisheimer (2005) apontou que há dois focos de formação no Brasil, sendo primeiro da rede pública de educação, baseado no modelo urbano industrial que distancia o jovem do trabalho agrícola e o segundo baseado em projetos de capacitação profissional direcionado a jovens do meio rural. Como o primeiro modelo é o predominante, poderia se concluir que a educação básica formal representa um entrave à reprodução da agricultura familiar. Ou seja, quanto mais os jovens avançam na educação formal, mais eles se afastam da agricultura.

O trecho da entrevista citado abaixo representa, em parte, a influência do modelo convencional de educação na determinação profissional dos filhos de agricultores:

“Começou isso aí na época que eles implantaram essa lei de botar toda a criançada na cidade, no centro, aí no interior não tinha mais escola, tava tudo fechado, e daí começaram a levar a piaçada pro centro, e lá é diferente o papo, o sistema é tudo outro. Daí foram se adaptando, se acostumando com aquilo lá né, e daí começaram a esquecer o interior, gostam mas se acostumaram no ritmo da cidade, do pessoal da cidade, né? O grande azar, pra pequena agricultura, na minha opinião, foi esse negócio de centralizar as escolas, o estudo.” (Família 13, NLS)

A baixa escolaridade destes agricultores pode corroborar na explicação do dado que será visto mais detalhadamente abaixo, mas que aponta que o desejo destes agricultores é de permanecer no meio rural. Este desejo pode ter duas faces: ou pela identidade com a agricultura ou pela falta de oportunidades para estes agricultores no meio urbano, justamente pela ausência de qualificação para desenvolver atividades na cidade; e, embora sejam relativamente jovens, muitas vezes já não o são o suficiente para investir em outra profissão. Assim, permanecer na agricultura parece, para muitas famílias, à opção mais viável até a aposentadoria.

Ainda com relação à caracterização das famílias estudadas, os entrevistados foram questionados sobre os número de filhos. A tabela 4 apresenta os resultados coletados:

Tabela 4 - Número de filhos das famílias (entrevistadas) sem sucessores do município de Paraíso/SC

Quantos filhos vocês tem?		
Número de filhos	Número de famílias	Porcentagem (%)
4	3	20
3	6	40
2	4	27
1	2	13
Total	15	100

Fonte: dados da pesquisa, Paraíso/SC 2009

Os dados obtidos e apresentados na tabela acima demonstram que as famílias entrevistadas tiveram poucos filhos com relação aos padrões anteriormente vigentes. Esta situação configura uma mudança demográfica representada pela diminuição nas taxas de fecundidade, e do ponto de vista das famílias rurais, menos mão de obra disponível na propriedade. Nossa amostra, portanto, é composta por casais relativamente jovens e que possuem um número pequeno de filhos.

Estudos têm apontado que nas últimas décadas o tamanho da família brasileira tem diminuído. A média nacional de filhos das mulheres que viviam no meio rural em 1970 era de 7,74 filhos, já em 1995 era de 3,7. Estudos apontam que no RS essa média, no mesmo ano, era de 2,62 (BANDEIRA, 2002, p. 92). A amostra de famílias estudadas corresponde uma média de 2,66 filhos por família, um número aproximado do encontrado no estado vizinho (RS), pelo autor acima citado.

4.2 Caracterização das propriedades

Quando chegaram os primeiros colonizadores no Município, a partir do final de 1951, o trabalho desenvolvido pelas famílias era fundamentalmente manual ou com a utilização de máquinas e equipamentos rudimentares. Atualmente a situação é muito diferente. Dados coletados durante a pesquisa de campo apontaram que apenas em 20% das unidades familiares o trabalho desenvolvido nas lavouras é totalmente manual, enquanto que nos 80% restantes este trabalho é total ou parcialmente mecanizado. Na maior parte dos casos estas máquinas (geralmente usadas no preparo do solo, plantio e colheita) são contratadas da Prefeitura Municipal ou de terceiros.

A diminuição da penosidade do trabalho é uma das razões que pode explicar a opção pela mecanização da lavoura por casais que pretendem continuar na atividade agrícola. Por outro lado, a contratação de máquinas é um fator que contribui para o aumento dos custos de produção, influenciando diretamente a renda dessas unidades familiares.

A geração de renda nas propriedades é um elemento chave para o tema da sucessão familiar, conforme apontaram os entrevistados. A falta de renda fixa e a pouca valorização dos produtos agrícolas estão entre os elementos que contribuem de forma definitiva na opção dos filhos em partir para o meio urbano em busca de alternativas mais promissoras.

“A causa das propriedades não ter mais sucessor, que eu coloquei (se referindo a uma reunião onde foi discutido sobre o assunto) é o baixo preço de produto, falta de preço mínimo, incentivo de preço, uma política agrícola estabilizada.” (Família 03 VLB)

Embora em 80% das propriedades o trabalho na lavoura seja parcial ou totalmente mecanizado, o mesmo não foi identificado na contratação de mão-de-

obra: 87% das famílias não contratam nenhum tipo de mão-de-obra e 13% a contratam esporadicamente. Estes dados demonstram que, mesmo que a maior parte das propriedades tenha suas lavouras mecanizadas, diminuindo em parte a penosidade do trabalho, as demais atividades estão sob responsabilidade do casal, gerando um grande número de atribuições nos afazeres do dia a dia e uma sobrecarga de trabalho atual e futuro.

Características como exposição ao sol, trabalho intenso, penoso e riscos (em função do uso de agrotóxicos) são fatores apontados pela maioria dos entrevistados como pontos negativos da atividade rural. Assim, os pais desejam que seus filhos não passem pela mesma situação enfrentada por eles. Conforme entrevistados:

“[...] na cidade eles tem mais facilidade, aqui na roça, meu Deus do céu! Ou a gente trabalha de manhã até a noite, de primeiro de ano até primeiro de ano, ou a gente não vence, não dá conta.” (Família nº10 ALK)

“[...] se era pra ver ele trabalhando aqui com nós, que a gente sofreu muito né, eu fico feliz porque ele esta trabalhando num lugar melhor, não está nos veneno, aqui tem muito veneno, saiu dos veneno, ele ta na sombra, ele trabalha na sombra, lá ele ganha mais do que ganha aqui, então pelo caminho, ele vai sofrer menos que nós aqui.” (Família nº 14 GLS)

Também foi analisada a existência de membros das famílias que recebem benefícios da previdência social e, nos casos positivos, quanto o valor da aposentadoria representa na renda total da propriedade. Ademais, buscou-se verificar se existiam outras rendas que não as provenientes das atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade. Constatou-se que 47% das propriedades têm como única fonte de renda as atividades agrícolas; em outros 40%, há presença de uma ou duas aposentadorias. As atividades não-agrícolas não foram apontadas como significativas para a geração de renda das unidades familiares analisadas.

Embora a amostra estudada não seja representativa do total da população, os dados coletados apontam para uma grande importância da aposentadoria na renda familiar daquelas famílias onde há aposentados. Quando o casal é aposentado, a aposentadoria representa entre 50% e 75% da renda total da propriedade. Quando apenas um dos familiares é aposentado, o valor representa entre 25 e 50% da renda total. Os valores apontados são significativos e, possivelmente, denotam que a renda gerada de atividades agrícolas são como afirmam os próprios agricultores, muito baixas.

O benefício da aposentadoria rural gera importantes impactos de ordem socioeconômica nos pequenos municípios. Por um lado um programa de distribuição de renda para homens e mulheres que auxilia a redução da pobreza rural e por outro um elemento dinamizador da economia de centenas de pequenos municípios. Estudos apontam que em 61% dos municípios brasileiros o montante recebido em aposentadorias supera o valor repassado pelo FPM - Fundo de Participação dos Municípios (FRANÇA, 1999).

A presença do benefício da aposentadoria tem impactos diretos sobre as condições de vida das famílias rurais. Estudo de Beltrão et al (2005) demonstrou que no período 1992-2002 a pobreza e a indigência caíram de forma mais intensa nas famílias de idosos, para os autores, a presença de beneficiários da previdência rural nas famílias onde residem idosos é o principal fator que explica a menor pobreza destas famílias. Com relação ao peso do valor da aposentadoria no orçamento familiar, o mesmo sofre variações nas diferentes regiões brasileiras, sendo mais representativo na região nordeste, no entanto, na região sul, no ano de 2000, representava 41,5% do total do orçamento familiar (DELGADO E CARDOSO Jr., 2000).

4.3 O estímulo à permanência dos filhos

O estímulo à permanência dos filhos na agricultura é um elemento importante, se não essencial na determinação da opção profissional dos mesmos. Sob esse aspecto, a postura dos pais é fundamental, uma vez que é através da família que são transmitidos os primeiros valores e concepções à respeito do modo de vida, do trabalho e do estudo. Se a família não exercer o papel de estimular seus filhos a perceberem de forma positiva a agricultura, possivelmente esses jovens não encontrarão em outro lugar este estímulo e, provavelmente, se afastarão da propriedade.

Um exemplo concreto disso é uma observação empírica a partir do cotidiano profissional, onde se percebe que muitas famílias adotam uma postura de “poupar” os filhos, das pequenas atividades que são responsáveis pela inserção destes jovens no mundo do trabalho da unidade produtiva. Como já foi dito acima, a formação de um agricultor se dá desde a infância, quando a criança é incorporada ao mundo do trabalho através de pequenas tarefas e responsabilidades. Somado a isso, o

afastamento da família e da comunidade para se deslocar à escola e o contato com valores citadinos acabam por fortalecer a idéia de desvalorização da profissão de agricultor, levando o jovem a buscar nas atividades urbanas a forma de realização pessoal e profissional.

De acordo com Champagne (1986, p. 32), “para que o produtor rural possa reproduzir-se como produtor, é preciso também que ele possa reproduzir a crença que o produtor rural merece ser reproduzido”. Segundo o autor, o êxito de toda a reprodução social está relacionado à crença e aos valores da posição a ser reproduzida, ou seja, as concepções que os agricultores constroem em torno da ocupação agrícola e do seu modo de vida influenciam diretamente na formação da percepção que seus filhos terão da atividade agrícola. Assim, se a família tem uma percepção positiva ou negativa das suas atividades e do seu modo de vida, possivelmente seus filhos reproduzirão visões semelhantes às de suas famílias.

Spanevello (2008), ao estudar a relação da percepção que os pais têm sobre a ocupação agrícola e o estímulo dado aos filhos para seguir na atividade, observou que agricultores sem sucessores, na maioria dos casos, apresentam uma percepção negativa da ocupação agrícola e não estimulam seus filhos a optarem pela profissão de agricultor. Já nas famílias onde há um sucessor a percepção da atividade tende a ser positiva e estimulam seus filhos a permanecer na atividade e na propriedade.

Na presente pesquisa, quando questionados sobre o estímulo dado aos filhos para permanecer na propriedade, 47% das famílias responderam que estimularam, enquanto que 53% afirmaram que não estimularam seus filhos a permanecer. Embora este estudo não tenha o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a percepção que as famílias têm do seu modo de vida e da sua ocupação, pode-se observar que a maioria dos pais considera que os filhos estão “mais bem encaminhados” nas atividades atualmente exercidas por eles no meio urbano; e o meio rural onde vivem, é ideal/suportável para eles (os pais) e não para seus filhos.

“Hoje a agricultura familiar tá muito difícil, não muito difícil, tá impossível quase de administrar, né? E a margem de lucro da agricultura familiar desapareceu!” (Família 15, RMB)

Silvestro et al. (2001, p. 57) fizeram questionamento semelhante em sua pesquisa, e observaram que 48% dos pais estimulam seus filhos a serem agricultores, 3% estimulam apenas só um filho a ser agricultor, 12% desestimulam

seus filhos a serem agricultores e 37% não influenciam nem a favor nem contra. Na mesma pesquisa os autores constataram que entre os agricultores capitalizados há maior estímulo para que os filhos continuem na atividade agrícola do que entre os agricultores descapitalizados.

Estes dados apontam para um contraste em relação às gerações anteriores. Abramovay et al. (1998, p. 33) constataram que em aproximadamente 53% dos casos houve estímulo por parte dos pais dos atuais responsáveis pela propriedade; em apenas 2% houve desestímulo; em 2% estimularam apenas um filho; e 43% não influenciaram nem a favor nem contra seus filhos serem agricultores.

A forma como foi dado o estímulo é variável entre as famílias e diferencia-se de acordo com o entendimento de “estímulo” que cada família tem. Entre as formas como estas famílias estimularam seus filhos estão conversas; porcentagem da produção; aquisição de moto; matricular o filho no colégio agrícola para se qualificar e voltar para administrar a propriedade; e doação de terra.

“Nós até demos uma moto pra ele, mas aí ele viu que não tem como”.(referência a baixa renda na propriedade).
Quando ele foi para arrumar o primeiro emprego [...] o José (marido) fez proposta pra ele de tudo que é jeito, aumentar a produção de fumo, dar porcentagem [...] mas ele pegou e foi lá e gostou e não quis mais, porque ele viu que aqui não dava, né? Ele disse pra nós: “Eu não vou ficar na roça! Esse sol é muito quente!” (Família 14, GLS)

É possível que a forma como as famílias que estimularam seus filhos a permanecer, o fizeram de forma muito tímida, de modo que este estímulo não representasse de forma concreta uma possibilidade de realização profissional. Esta situação pode ter duas faces: por um lado, a propriedade familiar tem dificuldades de se viabilizar financeiramente e, conseqüentemente, a renda é baixa; e, por outro lado, as dificuldades de relacionamento entre pais e filhos. Embora este elemento não tenha sido apontado em nenhuma das entrevistas realizadas, vários estudos (BRUMER, 2007; CARNEIRO, 1998a; WEISHEIMER, 2005) apontam que no processo sucessório, ocorrem conflitos entre pais e filhos¹⁷: divergências com relação aos modelos de produção, inovações tecnológicas, modo de trabalho e de vida, etc.; de forma que os jovens, ao não encontrarem o espaço necessário para

¹⁷ É preciso destacar que nem sempre no processo sucessório da agricultura familiar ocorre de maneira conflituosa. Nele também se manifestam valores culturais como o dever, a solidariedade, a troca de favores e até sacrifícios pessoais entre irmãos e entre pais e filhos, tudo isso com o objetivo de manter a integridade e a continuidade da unidade familiar de produção.

desenvolver seus projetos pessoais, partem em busca de novas oportunidades no meio urbano.

Quando questionados sobre a quem foi dado o estímulo, aos filhos ou às filhas, entre os que estimularam apenas uma família apontou que os dois filhos receberam estímulo: “a menina e o guri” (Família 13, NLS). Nos demais casos, somente o rapaz. Naquele caso o estímulo foi dado na forma de porcentagem da produção de fumo, no entanto, conforme apontado pelos pais, “eles não foram de sorte” (Família 13, NLS), porque foi um ano de frustração de safra.

O recorte de gênero historicamente se fez presente nos processos sucessórios. Para Abramovay et al. (1998, p. 74) é secular, e ocorre em todo o mundo, um enviesamento contra a mulher nos processos de trabalho e sucessório. Geralmente elas se tornam candidatas à sucessão quando não há filho homem na família. Esta característica dos processos sucessórios foi determinante no processo, atualmente vivido, de masculinização do meio rural.

No entanto, chama a atenção o fato de que, atualmente, há uma tendência de divisão da herança de forma equilibrada entre filhos homens e filhas mulheres, ao contrário do que ocorria nas gerações anteriores. Conforme os dados coletados, 80% das famílias têm a intenção de fazer a divisão do patrimônio (terra) de forma igualitária; e apenas em um caso os pais responderam que o patrimônio seria destinado ao filho que cuidar deles na velhice; o restante das famílias respondeu que os acertos não serão feitos em vida, e farão a divisão de forma a beneficiar os filhos com maior dificuldade financeira. Este aspecto será aprofundado no item 4.6 que aborda a divisão do patrimônio.

4.4 A divisão do trabalho na propriedade

No trabalho desenvolvido nas lavouras, 33% das famílias responderam que o homem e a mulher trabalham “parelho”, ou seja, juntos. Em 47% das famílias, trabalha mais o homem, o que não significa que a mulher também não trabalha. Estes dados são mais relevantes ao passo que apontam para uma mudança nos padrões históricos de divisão de trabalho, onde o homem se dedicava mais às

atividades da lavoura enquanto a mulher se dedicava às atividades relacionadas ao âmbito doméstico: cuidado com a casa e com a alimentação da família.¹⁸

No entanto é preciso lembrar que a maioria das famílias (80%) tem suas lavouras total ou parcialmente mecanizadas. É possível que esta “parceria” de trabalho entre o casal se dê pela limitação da mão-de-obra na família ao contrário de outrora onde as famílias eram numerosas e os filhos representavam uma importante força de trabalho.

A divisão no trabalho com as criações também aponta mudanças significativas. Quando questionados sobre como é feita a divisão do trabalho nas criações, 80% dos casais responderam que os dois trabalham igualmente e, em apenas um caso, trabalha mais a mulher do que o homem. Não houve nenhuma resposta que afirmasse que somente a mulher desenvolvesse o trabalho com as criações.

Ao comparar as diferenças da figura masculina das gerações anteriores com os atuais chefes de família, houve uma transformação significativa no que diz respeito ao trabalho com as criações. Esta mudança pode ser interpretada por um recorte de gênero. Outrora, as criações e a produção de leite eram atividades periféricas na unidade produtiva familiar e, via de regra, desenvolvidas pela figura feminina. Porém, à medida que a renda do leite passa de atividade complementar para principal na geração de receitas, passa a ser uma atividade desenvolvida também pelo homem.

Para Anjos e Caldas (2005, p.674) a modernização da agricultura causou mudanças profundas na organização da unidade familiar, com uma “transformação radical das atividades produtivas”. Para os autores, a modernização fortalece a masculinização da agricultura, pela diminuição da mão de obra, pela mecanização de muitas atividades, pela introdução de máquinas e equipamentos bem como pela utilização de insumos ditos modernos como inseticidas e herbicidas. Neste sentido há de se entender a maior participação do homem na atividade leiteira, embora a participação feminina seja ainda muito importante, com o processo de modernização e especialização há uma tendência desta atividade ter cada vez mais a participação e a predominância masculina.

¹⁸ Essa divisão do trabalho na propriedade familiar obedecia a um padrão definido e socialmente aceito, ou seja: o trabalho masculino era considerado o trabalho produtivo, nas lavouras, que gera renda e que ocupava o espaço público. O trabalho feminino era o trabalho voltado para o cuidado da casa e da família, isto é, trabalho reprodutivo e que dizia respeito ao trabalho privado.

Se as questões de gênero estão presentes quando se trata de geração de renda e controle financeiro nas propriedades, outros dados apontam que há mudanças importantes e positivas na divisão dos trabalhos domésticos ou relacionados à casa. Em 73% das famílias entrevistadas pode-se perceber a presença do homem nas atividades domésticas, embora neste universo a divisão igualitária das tarefas ainda seja baixa, a presença masculina em parte destas atividades demonstra que houve uma profunda mudança com relação às gerações anteriores, nas quais era impensável o envolvimento do homem nos trabalhos domésticos. Apenas 20% das famílias responderam que só a mulher trabalha nas tarefas da casa.

4.5 A relação da unidade familiar com os filhos que migraram e o impacto desta migração nas propriedades

As famílias foco deste estudo têm, somadas, 40 filhos, sendo que destes apenas dois são agricultores em propriedades próprias e trinta e seis partiram para a cidade, onde desenvolvem atividades predominantemente ligadas ao meio urbano. Dentre estes, apenas dois estão de alguma forma ligados ao meio rural, pois têm como profissão a de técnico agrícola. A maioria daqueles que partiram tiveram como destino cidades da região ou de outros Estados como Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso.

Os filhos que ficaram nas cidades da região ainda mantêm um vínculo mais estreito com a propriedade paterna. Quando questionados se os filhos ainda ajudam na propriedade, 27% dos pais responderam que eles ajudam nas férias, 33% ajudam nos finais de semana, 33% não ajudam mais e o restante ajuda ocasionalmente. Estes dados demonstram que em uma parte significativa destas famílias não houve um afastamento total dos filhos e do mundo do trabalho rural.

A relação dos filhos com a unidade produtiva também está presente quando se analisa a questão econômica, e esta relação se dá nos dois sentidos. Há casos em que a família manda dinheiro para os filhos – em 27% deles, estes recursos são para custear despesas com os estudos e construções (é comum entre as famílias a destinação de recursos para os filhos que residem na cidade construírem sua casa própria). No sentido contrário, há também aqueles filhos que mandam dinheiro para os pais e, conforme relatado pelos entrevistados, estes recursos são destinados à

construção ou reforma das residências, pagamento de empréstimos e para cuidar da saúde.

Cabe destacar, ainda, que nos casos em que os filhos mandam dinheiro para casa, em apenas um destes os recursos são destinados ao investimento na propriedade, demonstrando claramente – o que os pais apontaram em suas respostas – que não há intenção dos filhos retornarem. Embora os dados da pesquisa apontem que no momento não existe interesse de retorno, não fica aqui totalmente descartado a hipótese de que por algumas razões no futuro alguns destes jovens possam um dia retornar para a propriedade.

A migração dos filhos causa impactos importantes sobre os sistemas produtivos e sobre o planejamento das unidades produtivas. Os sistemas agrícolas familiares caracterizam-se pelo trabalho essencialmente familiar e, desta forma, cada membro que é incorporado desde muito cedo ao mundo do trabalho tem grande importância no desenvolvimento das atividades. A migração dos filhos provoca uma diminuição nas atividades de lavoura e criações ou até abandono de algumas atividades. Em 50% das famílias entrevistadas houve diminuição das atividades nas lavouras e, quando questionadas se tiveram que abandonar alguma atividade com a partida dos filhos, 40% responderam que abandonaram lavouras – as culturas anuais tem se mostrado cada vez mais inviáveis, seja pelo baixo retorno financeiro, seja pelo trabalho exaustivo (no caso das lavouras de fumo). O que as famílias têm demonstrado é uma tendência de investir na bovinocultura de leite, atividade que mais tem contribuído na renda agrícola das propriedades¹⁹.

A partida dos filhos causa às famílias um sentimento às vezes ambíguo. Respostas como tristeza pela partida, pelas saudades sentidas, pela falta dos filhos nas atividades, por eles estarem longe; e, ao mesmo tempo, felicidade por eles estarem trabalhando em atividades consideradas menos onerosas, com uma renda fixa mensal, correndo menos riscos e construindo um futuro mais promissor. Alguns pais demonstraram frustração por não terem condições de manterem seus filhos na propriedade. O relato abaixo reflete este sentimento:

¹⁹ Além do aspecto econômico, estas famílias estão investindo na atividade leiteira porque embora seja um trabalho diário, é menos penoso que as atividades desenvolvidas nas lavouras. Mello (1998) acredita que “a estruturação e a consolidação da atividade leiteira de forma heterogênea e desconcentrada pode gerar muitas alternativas de ocupação produtiva para a população da região [...]. Não se trata simplesmente de uma questão econômica, mas sim de haver condições para o pleno exercício da cidadania (MELLO, 1998, p. 16-17).

“[...] o dia que esse rapaz chegou e disse que ia a São Miguel ver se arrumava um emprego melhor, ligaram aqui e ele foi pra lá, ai ele voltou dia 30 de abril e disse assim pra mim: pai eu to indo embora pra São Paulo e vou trabalhar em churrascaria lá [...], o dia que ele foi, foi o dia mais triste pra mim, porque assim, eu tenho quase uma colônia de terra aqui, dois filhos eu criei, vendo o meu filho indo embora porque eu não tinha mecanismo, não tinha como segura o meu filho na agricultura. Um: a gente como agricultor da agricultura familiar se sente decepcionado como agricultor.” (Família 03 VLB)

Com o objetivo de conhecer a intenção ou o desejo destes homens e mulheres (os pais) sobre a possibilidade de, após a saída dos filhos, o casal passar a fixar residência na cidade, foi questionado se alguma vez já tinham pensado em abandonar a propriedade e ir morar na cidade. As mulheres superam os homens nas respostas afirmativas, 53% das mulheres responderam que sim, enquanto que 40% dos homens responderam da mesma forma.²⁰ Este dado é significativo, pois mostra que, embora esteja presente o desejo, neste momento não é possível por serem ainda bastante jovens (casos em que esperam pela aposentadoria), e pela baixa escolaridade que restringe a colocação profissional. É possível que, por este motivo, grande parte desses casais não tenha manifestado claramente o desejo de vender a propriedade.

4.6 A divisão do patrimônio

A propriedade da terra, no contexto dos antigos padrões sucessórios, era elemento fundamental e, mais que um capital, compunha um conjunto de valores simbólicos típicos das comunidades rurais do Sul do Brasil. Como a tradição da época consistia em que “filho de agricultor é agricultor”, havia um grande empenho das famílias para colocação dos filhos. Também era tradição a divisão ou partilha desigual do patrimônio familiar, pois, via de regra, herdava a propriedade o filho mais moço, que assumia também o compromisso de cuidar os pais na velhice. As filhas mulheres normalmente eram alijadas dos processos de partilha e da herança. Este padrão de sucessão nas unidades familiares foi identificado Silvestro e outros (2001) e Abramovay e outros (1998).

A origem das propriedades estudadas pode ser analisada na tabela abaixo:

²⁰ Os dados da pesquisa mostram que a migração dos filhos provoca um conjunto de impactos significativos na unidade familiar. Estes impactos podem ser observados na unidade, sobretudo aqueles que dizem respeito a organização do trabalho e a redefinição das atividades desenvolvidas.

Tabela 5 - Origem das propriedades atualmente ocupada pelas famílias sem sucessores

Origem da propriedade atual	Total (%)
Era sede da propriedade dos pais (herança)	20
Era sede da propriedade dos pais (pagou)	20
Foi comprada por vocês (o casal)	60

Fonte: dados da pesquisa, Paraíso/SC 2009

Como pode ser observado, parte significativa destes agricultores pagaram pelas suas terras, 80% se somadas a segunda e terceira linhas, e apenas 20% responderam que a propriedade por eles ocupada era sede da propriedade dos pais. É possível que, quando estes casais constituíram suas famílias, já havia uma situação de crise nos padrões sucessórios predominantes, de modo que tiveram que adquirir suas propriedades a partir do seu próprio esforço.

Com relação à posse da propriedade, na grande maioria dos casos – em quatorze famílias –, ela continua em nome do casal, e em apenas um caso há uma situação de usufruto. Os fatores que podem justificar esta situação são: o contexto da sucessão tardia, mesmo que os filhos já tenham migrado; a idade dos pais, pois são, na maioria dos casos, ainda jovens; os pais demonstram intenção de investir na propriedade e permanecer nela ainda por um determinado tempo.

No que tange a questão de como será feita a divisão do patrimônio, a postura das famílias aponta para uma profunda mudança em relação aos padrões anteriores. Os dados são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 6 – Forma como as famílias sem sucessores pretendem fazer a divisão do patrimônio familiar

Como será a divisão do patrimônio	(%)
Não pretende fazer os acertos em vida	6,7
Igualitária	80
Destinado ao filho(a) que for cuidar dos pais	6,7
O(s) filhos(s) home(s) ganharão mais que as filhas mulheres	-
Entre os(as) filhos(as) que são agricultores	-
Entre os filhos com maiores dificuldades financeiras	6,7
TOTAL	100

Fonte: dados da pesquisa, Paraíso/SC 2009

Responderam que a divisão será igualitária 80% das famílias.²¹ O restante das famílias responderam que os acertos não serão feitos em vida (6,67%), que o patrimônio ficará com o filho que cuidar os pais na velhice (6,67%), e que serão beneficiados os filhos com maior dificuldade financeira (6,67%). É unânime a expectativa, por parte dos pais, que não haverá discordância entre os filhos com relação à prática de divisão do patrimônio.

É importante destacar dois aspectos com relação à mudança. Sob um deles, se nenhum filho está disposto a dar continuidade à unidade de produção familiar fica mais fácil a família dividir o patrimônio de forma igualitária entre os herdeiros. Os padrões de transmissão do patrimônio familiar tendem acompanhar as transformações econômicas e sociais que afetam os modelos de reprodução social dos agricultores familiares. O rompimento do laço absoluto entre a família associada à perda da identidade da terra com a atividade agrícola constitui a mudança mais profunda: e é isso que muda os padrões e a prática da partilha e da herança (CARNEIRO, 2001).

O segundo aspecto demonstra que o patrimônio na forma de terra passa a ter apenas um valor monetário, desprendido de todos os valores que anteriormente lhe cabiam. Esta lógica onde a terra perde seu valor simbólico e passa a ter apenas um valor monetário é um exemplo claro da crise de reprodução da agricultura

²¹ O Código Civil Brasileiro (de 1916) garante direitos iguais entre homens e mulheres na partilha da herança. No entanto, dentro dos padrões que dominavam as práticas de partilha da herança, este direito era ignorado. Atualmente parece que o padrão sucessório e de herança, passa a ser influenciada pelo Código Civil Brasileiro levando as famílias à partilha igualitária dos bens.

familiar vivida nas últimas décadas. Maria José Carneiro (2001, p. 50) observou em seu estudo que a ruptura do laço entre família e propriedade associada à perda da identificação da terra com a atividade agrícola reflete profundamente nas sociedades rurais contemporâneas e, por consequência, nas práticas de herança. Para a autora, quando o “valor família” não se faz presente nas lógicas de transmissão e herança, a terra não adquire valor patrimonial ligado à família e a uma história familiar. “A terra assume o caráter de um bem no sentido de uma mercadoria”.

4.7 O futuro da propriedade

Este último item analisa e tenta compreender o possível futuro destas propriedades que já passam pela situação de ausência de sucessores. Neste sentido, as famílias foram questionadas sobre suas expectativas e o desejo que um filho retorne para ser agricultor. Também seus desejos com relação à possibilidade da propriedade ficar com alguém da família ou para quem gostariam de vendê-la. Por fim, saber o que estes casais pretendem fazer em termos de produção nos próximos anos e como imaginam suas propriedades num horizonte de dez a quinze anos, e depois de venderem essas propriedades onde e como pretendem fixar residência.

Perguntados se acham que um dos filhos ou filhas pode retornar a propriedade para ser agricultor, 27% dos pais afirmaram acreditar nesta possibilidade, enquanto que 73% acreditam que nenhum filho irá retornar.

A possibilidade de retorno dos filhos que partiram, segundo os pais que acreditam nesta possibilidade, se dará em função de condições como melhoria no valor dos produtos agrícolas e de trabalho.²² Os depoimentos abaixo apontam para esta condição.

“Esta possibilidade existe né (retorno para a propriedade), dependendo dos preços, se os preços melhorar ele quer voltar. Ele falou assim pra mim: mãe se melhorar o preço do leite...

Ele tá lá empregado porque aqui o dinheiro tá difícil de fazer, se não ele estaria aqui. É por uma questão de preço né, a hora que o preço melhorar, do leite, que seria a renda que a gente tem por mês né, daí ele até volta, mas tem que melhorar se não....

²²Embora não esteja presente no horizonte de nenhuma das propriedades analisadas, o que é preciso considerar que existe a possibilidade de insucesso ou de precarização do emprego desenvolvido no meio urbano, razão esta que poderia determinar o retorno do jovem a propriedade paterna. Embora ainda muito pequeno, já existe na região Oeste catarinense, um movimento neste sentido.

Porque não tem melhor lugar pra viver do que aqui na roça, pra viver né, quer ter sossego, tranqüilidade, não se estressa com ninguém né.” (Família 09, AZS)

“Se eu tivesse poder de comprar um trator pra mim trabalhar aqui na propriedade, eu só comprava o trator e dizia: ó Marcelo, volta pra casa o pai comprou um trator pra ti trabalhar, e tomar conta da propriedade, ele já volta pra casa[...] ele gosta de trabalhar com máquinas.” (Família 03 VLB)

“Eu não duvido que ele possa voltar, porque ele gosta, defende, ele fala pro pai dele que precisa cuidar e plantar com..., (referencia a necessidade de diminuir o uso de agrotóxicos e passar a utilizar sementes crioulas). A gente tem uma esperança que ele volte.” (04 NLC)

Os pais que não acreditem na possibilidade de retorno dos filhos, apontam para justificativas como o baixo retorno econômico da atividade, a falta de estabilidade nos preços, exposição a riscos como agrotóxicos e ao sol quente, a penosidade do trabalho e a falta de identidade dos filhos com as atividades agrícolas.

“Na verdade desde que eles estavam em casa nunca foram de roça. Iam na roça sim, porque era obrigação de ajudarem quando tinham idade, mas não gostavam. Eu, a minha idéia, eu acho que quando esses véio ai, daqui uns quinze anos se forem, vai acabar a agricultura aqui. Porque, quem vai tocar isso? Nós não vamos dura pra sempre [...]. E aqui, nessa linha aqui, se tu passar aqui, só tem as criança pequena ainda em casa, porque quando elas se formarem ai elas vão tudo embora, não vai ficar ninguém, vai ficar só os veio.”(Família 05, DLM)

Já com relação ao desejo dos pais que um dos filhos retornasse para a propriedade, os números se invertem: 27% não gostariam de ver seus filhos retornarem, enquanto 73% manifestaram desejo que um dos filhos retornasse

Esta situação é emblemática e demonstra sinais claros da debilidade nos processos de sucessão familiar. Por um lado as famílias demonstram claramente o desejo, 73% delas, que um dos filhos retorne para ser agricultor, por outro lado 73% acreditam que nenhum filho retorne para dar continuidade à propriedade ou para exercer a profissão de agricultor.

Os pais que afirmaram que não gostariam que os filhos retornassem apresentaram justificativas semelhantes aquelas apresentadas para justificar os motivos pelos quais acreditam que os filhos não retornarão. Logo abaixo são expressos depoimentos sobre esta situação.

“Não. Ah, desde uma né, que o sol também tá fazendo muito mal pras pessoas, acho que tem outros jeitos de se ganhar a vida. E hoje se tu não trabalhar com veneno tu não faz mais nada né, e outra alternativa no momento não tem, não tem escolha . Então quanto mais afastado dessas coisas....” (Família 15, RMB)

“A gente gostaria, mas eles não têm vontade nenhuma de voltar!” (Família 01, REZ)

“Olha... se é pra vim pra sofrer acho que não adianta, não paga a pena, lá eles sofrem menos.” (Família 12, NIR)

Entre os pais que afirmaram que gostariam de ver um dos filhos retornarem para a propriedade para ser agricultor, foi possível perceber que há um vínculo afetivo com a propriedade e com tudo o que foi construído à custa de muito trabalho pela família, inclusive os filhos.

“Ah claro que a gente gostaria, ia continua ali (referência as atividades desenvolvidas na propriedade), agora sem gente não dá. Quando a gente se aposenta a gente vai sair, vai fazer o que né! (Família 10, ALK).

“Se ele fosse exercer isso que ele estudou aqui na nossa propriedade eu ia achar o máximo.” [Referência ao curso técnico em agroecologia cursado pelo filho em escola dos movimentos sociais] (Família 04, NLC).

Cuidar dos pais na velhice e fazer companhia, também é um motivo pelo qual os pais gostariam que um filho retornasse.

A diferença de opiniões e a presença de conflitos entre pais e filhos, em nenhum momento foram apontadas pelos entrevistados, como motivos pela ausência de sucessores. Como já foi citado no referencial teórico do presente trabalho, este é também um elemento importante e possivelmente por ser uma questão complexa e de menor importância, na concepção dos pais, não tenha sido destacado em nenhum momento pelas pessoas entrevistadas.

Com relação ao futuro destas propriedades, os dados levantados apontam que não há uma definição clara e definitiva. Os dados podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 7 – Provável destino da propriedade atualmente ocupada pelos casais sem sucessores

O que vocês pretendem fazer com a propriedade no futuro?	Total (%)
A propriedade será toda vendida	27
A propriedade não será vendida	13
Ainda não sabem o que fazer com a propriedade	20
Ainda não pensaram nisso	40

Fonte: dados da pesquisa, Paraíso/SC 2009

A incerteza sobre o futuro da propriedade compõe parte significativa das respostas. Somadas as famílias que ainda não sabem o que fazer às que ainda não pensaram nisso, representam mais da metade das famílias. Esta resposta pode estar respaldada pelo fato de que estes casais são jovens para pensar em outra atividade fora da unidade de produção agrícola.

“Eu de empregado é a última coisa que eu vou fazer na vida. E eu sem estudo, na cidade vou fazer o que? 48 anos, né, vai fazer o que? se eu quero ganhar um salário, eu ganho aqui também, e faço do meu jeito!” (Família 09, AZS)

Mesmo que parte significativa das famílias ainda não saiba como será o futuro da sua propriedade, quando argüidas sobre a preferência de comprador, em caso de venda, apenas 30% respondeu que é independente, “quem pagar bem, leva”. Nestes casos, a reflexão a ser feita é de que para estes agricultores o “valor simbólico da terra” não se faz mais presente e a terra passa a ser uma mercadoria como outra qualquer (CARNEIRO, 2001).

Todavia, 30% dos entrevistados, manifestaram que teria preferência um agricultor da comunidade que não tem terra e 40% das famílias gostariam que sua propriedade fosse adquirida por um filho de agricultor ou jovem casal que ainda não tem.

“A gente gostava que ficava nas mãos da pessoa que continuasse cuidando como a gente tá cuidando. De preferência alguém da comunidade que precisa de terra.” (Família 10, ALK)

Fica nítido na postura de parte significativa destes agricultores que há um desejo de que suas propriedades permaneçam sobre domínio de agricultores familiares, e não incorporadas por fazendas vizinha ou pessoas que não tenham vínculo nenhum com a agricultura. No imaginário destes agricultores haveria uma continuidade de todo trabalho dedicado a essas propriedades durante suas vidas. Este sentimento aponta que para estes agricultores a propriedade tem um valor que transcende apenas o valor material e carrega também um conjunto de valores simbólicos.

No âmbito desta questão é necessário chamar a atenção para as limitações das atuais políticas públicas de reordenamento fundiário e a necessidade urgente que estas políticas sejam reformuladas e adaptadas às condições específicas, permitindo um adequado acesso à terra.

Considerando, por exemplo, as condições dos entrevistados por este estudo: estas famílias construíram, prepararam durante décadas, suas propriedades de forma que muitas delas estão com uma boa infra-estrutura montada (casa, galpões, terras preparadas para mecanização, pomar, água, energia elétrica, acesso as estradas gerais, etc.). Embora, parte dos agricultores entrevistados é ainda jovem, com expectativa de permanecer por vários anos na propriedade em algum momento muitas destas propriedades serão vendidas.

Para dar continuidade a estas unidades familiares já estruturadas, seria muito importante uma política pública específica que fosse capaz de assentar nestas propriedades novas famílias. Atualmente o Programa Nacional de Crédito Fundiário se propõe a oferecer condições de acesso a terra para agricultores sem terra ou com pouca terra, bem como recursos para investimento na infra-estrutura produtiva.

No entanto, a prática tem mostrado que os agricultores que acessam o programa, mesmo com a duplicação do valor (atualmente até R\$ 80.000,00), e carência para iniciar o pagamento, têm dificuldades de adquirir propriedades com áreas em boas condições produtivas e com infra-estrutura mínima necessária para iniciar um projeto viável economicamente com o valor disponibilizado pelo programa. O valor disponibilizado é significativo, porém não o suficiente para adquirir unidades familiares estruturadas.

Com a intenção de conhecer as pretensões destes casais com relação à produção da propriedade, foi lhes perguntado: Em termos de produção na propriedade, o que vocês pretendem fazer nos próximos anos? Os dados podem ser observados na tabela que segue:

Tabela 8 – Perspectiva de desenvolvimento das atividades produtivas nas unidades de produção familiar na situação de ausência de sucessores

Em termos de produção na propriedade, o que vocês pretendem fazer nos próximos anos?	Nº de famílias
Aumentar a produção	5
Diminuir a produção	2
Abandonar alguma atividade	5
Reflorestar	1
Produzir para o consumo da família	1
Continuar como está agora	3

Fonte: dados da pesquisa, Paraíso/SC 2009

Observa-se que algumas famílias apontaram mais de uma opção. As famílias que responderam que pretendem abandonar alguma atividade e as que afirmaram que irão aumentar a produção correspondem a duas faces da mesma questão. O abandono de alguma atividade se dá em função das limitações de mão de obra, o trabalho penoso nas culturas anuais, principalmente na cultura do fumo e o baixo retorno econômico desta atividade. As famílias abandonam uma atividade para dedicar-se a outra, com vistas a aumentar a produção. A bovinocultura de leite é a atividade foco das famílias que pretendem aumentar a produção. Isto é compreensível porque esta é a atividade que representa a principal fonte de renda da maior parte das unidades familiares do município e da região, fornece uma renda mensal e embora demande um trabalho diário por parte da família, não é tão penoso e oferece riscos menores do que os encontrados nas culturas anuais.

Assim como o futuro da propriedade, também o futuro do casal em parte significativa dos casos, não está bem claro. A tabela 9 apresenta o que os agricultores pretendem fazer quando a propriedade for vendida.

Tabela 9- Provável futuro dos casais, sem sucessores, após a venda da unidade de produção familiar

Quando a propriedade for vendida, o que vocês pretendem fazer?	Total (%)
Morar sozinhos na cidade	20
Morar com um dos filhos na cidade	7
Comprar uma pequena área próxima a cidade	27
Não considera a hipótese de vender a propriedade	46

Fonte: dados da pesquisa, Paraíso/SC 2009

As respostas apontam que não há uma manifestação clara sobre qual será o futuro destes casais, mas fica claro que em 73% das respostas (soma das linhas 3 e 4 da tabela 9), há uma clara intenção de permanecer de certa forma ligada a uma área rural.

Esta situação de indefinição quanto ao futuro das propriedades rurais sem sucessores pode ser compreendida por pelo menos três fatores:

a. Os casais entrevistados são ainda muito jovens o que coloca para eles um horizonte ainda longo de permanência, como o trabalho procurou mostrar, fazendo uma readequação das atividades no estabelecimento;

b. Pela ausência de uma política clara de reordenamento fundiário que permitisse criar um mercado de terras mais dinâmico entre os agricultores familiares, ou seja, fazendo a ligação entre propriedade sem sucessores e filhos de agricultores familiares que quisessem continuar, mas que não vão herdar a propriedade paterna, ou filhos de agricultores que desejassem retornar para o meio rural, exercendo o ofício de agricultor;

c. Pela forte manifestação dos agricultores de não desejarem ainda vender suas propriedades, ou porque ainda pretendem permanecer na agricultura, ou porque ainda alimentam a esperança de que um filho um dia ainda possa retornar.

Isso cria uma situação que facilita o enraizamento do espaço rural na medida em que se concretiza, a exemplo do que vêm acontecendo hoje, estas propriedades se transformem em áreas de lazer, pecuária de corte e em menor escala, grandes reflorestamentos causando uma nova configuração do espaço rural, com um tecido social redesenhado e enfraquecido, do ponto de vista das relações sociais historicamente estabelecidas no meio rural.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve o objetivo de trazer ao debate aspectos relacionados ao tema relativo ao futuro das unidades familiares sem sucessores no município de Paraíso/SC. Este tema está intrinsecamente relacionado à sucessão na agricultura familiar e merece atenção especial, uma vez que há na região Oeste catarinense um processo de esvaziamento do meio rural, atualmente lento, mas persistente, principalmente por parte daqueles que são a força renovadora da agricultura familiar: os jovens.

A formação de novas gerações de agricultores até aproximadamente 1970, seguia um padrão e era uma espécie de produto natural das comunidades rurais. A partir de então, por um conjunto de fatores, a reprodução da agricultura familiar parece estar ameaçada. A mudança nos padrões sucessórios e a inexistência de um conjunto de políticas adequadas para a instalação de jovens agricultores colocam em dúvida, ou pelo menos demonstram uma ameaça à reprodução desta categoria social tão importante do ponto de vista social, econômico, cultural e ambiental.

A consequência deste processo é o aparecimento de um problema característico dos países desenvolvidos, particularmente as sociedades européias: a crescente quantidade de unidades produtivas cujo destino está comprometido pela falta de sucessores. O que está em jogo nos processos sucessórios, mais que o futuro das famílias, é o próprio destino do meio rural da região Oeste catarinense.

Os dados levantados apontam que o futuro destas propriedades não está claro nem definido para a maioria dos atuais chefes de unidades familiares. Se em outros tempos, quando havia um padrão definido de sucessão, a propriedade seria administrada por um dos filhos, atualmente a maioria dos pais – 73% acreditam que nenhum filho retorne para dar continuidade. Somado a isso, a maioria das famílias responderam que ainda não sabem ou ainda não pensaram no que pretendem fazer com a propriedade no futuro. Fatores como uma longa expectativa de vida (a maioria

dos casais são ainda bastante jovens) e a baixa escolaridade corroboram na opção destes casais em permanecer no meio rural, inclusive, em muitos casos, com intenção de investir no aumento da produção.

A baixa e instável renda gerada pela produção agrícola é um dos fatores mais apontados como motivo pela partida dos filhos para o meio urbano. Associados a esta condição, os pais apontam fatores negativos como o trabalho intenso e penoso e a exposição aos agrotóxicos e ao clima.

Se as questões relacionadas à geração de renda são apontadas de forma direta como motivos pela partida dos filhos, de forma indireta, os pais identificam a escola e o sistema de ensino como fator de afastamento de crianças e jovens dos valores e da vida do meio rural. Autores como Mello (2006), Weischmeir(2005) e Champagne(1986) apontam para o importante papel da educação formal sobre a opção profissional dos filhos de agricultores.

Ainda com relação à renda das propriedades, fica clara a importância da aposentadoria na renda das unidades familiares. Para 40% destas famílias, que contam com uma ou duas aposentadorias, o valor do benefício tem um peso que varia de 25 a 75% da renda total da propriedade

Muitos pais demonstraram o desejo pelo retorno de um dos filhos para dar continuidade à propriedade (73% das famílias manifestaram desejo de que um dos filhos retornasse), no entanto esses pais acreditam que os filhos estão “bem” nas atividades desenvolvidas no meio urbano, como assalariados.

A melhoria e a estabilidade nos preços dos produtos agrícolas, mudanças de modelos de produção, maior apoio governamental, são condições importantes que poderiam influenciar o retorno de pelo menos um dos filhos para a propriedade, segundo apontamentos informais dos entrevistados.

A migração dos filhos altera a dinâmica de funcionamento da unidade produtiva, diminuindo ou mesmo encerrando atividades produtivas, com destaque para as lavouras anuais principalmente à cultura do fumo. Em contrapartida, foi constatado que a bovinocultura de leite ganha cada vez mais destaque na geração de renda das unidades familiares que pretendem continuar investindo na propriedade.

Ainda com relação à dinâmica de funcionamento, observa-se uma maior inserção do homem nas atividades que antes eram estritamente relacionadas ao campo feminino, como atividades domésticas e nas criações. Esta situação pode ser

lida sob dois aspectos: uma maior divisão do trabalho entre o homem e a mulher ou no caso da maior participação do homem nas atividades relacionadas às criações, na bovinocultura de leite, pode ser interpretada por um recorte de gênero, uma vez que esta passa a ser a principal atividade geradora de renda e a empregar modernas tecnologias de produção. Vale lembrar, com relação ao segundo aspecto, as considerações de Anjos e Caldas (2005), já apontadas anteriormente.

O investimento na bovinocultura de leite é reflexo de uma tendência de reducionismo e especialização das atividades na agricultura dita moderna, rompendo com mais uma característica importante da agricultura familiar que é a da diversificação de produção. No entanto, é preciso também considerar, que do ponto de vista da lógica de funcionamento, a escolha da atividade leiteira parece ser a mais adequada quando consideramos aspectos como a penosidade do trabalho e a redução da mão de obra familiar em função da saída dos filhos.

O desejo que um dos filhos dê continuidade a propriedade (na maioria dos casos) pode ser analisada sob o aspecto de que mais do que um vínculo econômico, existem também laços afetivos, culturais e sociais. Outro elemento que confirma a presença deste vínculo é a preferência que a maioria dos agricultores demonstrou que, em caso de venda, a propriedade permaneça com agricultores ou jovens agricultores familiares, e não incorporadas por fazendas e/ou sítios de lazer de pessoas do meio urbano.

Por outro lado, a intenção destes casais em fazer a partilha do patrimônio de forma igualitária (80% das famílias entrevistadas afirmaram que a partilha será igualitária), demonstra que os padrões de transmissão do patrimônio familiar tendem acompanhar as transformações econômicas e sociais que afetam os modelos de reprodução social dos agricultores familiares. O rompimento do laço absoluto entre a família associada à perda da identidade da terra com a atividade agrícola constitui a mudança mais profunda: e é isso que muda os padrões e a prática da partilha e da herança.

O trabalho levado a campo somado à experiência profissional demonstra claramente a necessidade de ampliação, adequação e melhoria das políticas públicas para agricultura familiar. Estas políticas devem ser capazes de abarcar a complexidade e as especificidades da agricultura familiar e com muita urgência, as particularidades da juventude rural. Acredita-se que a ampliação e a melhoria das políticas públicas com este objetivo perpassam questões como políticas de

reordenamento fundiário, educação formal e profissional de qualidade que atenda as especificidades do público do meio rural bem como políticas de apoio amplo e concreto a iniciativas alternativas ao modelo de produção baseada em *commodities*.

A intervenção do estado é condição irrefutável no atual processo de esvaziamento do espaço rural. Não podemos considerar como natural o esvaziamento econômico, social, político e cultural porque passa a nossa região, sob pena de sepultarmos o modelo de produção agrícola que tem sido até hoje a base de toda a economia regional, Portanto, este não é apenas um problema dos agricultores. A ação com vistas a proteger a agricultura familiar, representa, não só para os agricultores, mas para a sociedade em sua totalidade a possibilidade de preservação de um rico tecido social presente nas relações da agricultura familiar, a preservação do meio ambiente, além da manutenção da função natural da produção de alimentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan/abr. 1998. Disponível em:

<http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/1998/Agricultura_familiar_e_servico_publico.pdf> Acesso em: 19 jun. 2010.

_____. **Agricultura familiar e uso do solo**. Disponível em:

<http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 23 jun. 2010.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149 p.

_____ et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. 104 p.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, p. 66-83, jun. 1986. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_06.htm . Acesso em: 24 mai. 2010.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.bnds.gov.br> > Acesso em: 02 fev 2011.

BANDEIRA, Marilene Dias. Componentes da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul: fecundidade e mortalidade. In: ACCURSO, Jorge. S. (Coord.). **O Rio Grande do Sul e a sua população**. Porto Alegre: FEE, 2002, p. 89-126. (Documentos FEE, n. 51). Disponível em:

<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/documentos/documentos_fee_51.pdf> Acesso em: 25 out. 2009.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não não esprados dos avanços da seguridade rural**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005 (Texto para Discussão nº 1066). Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 06 fev. 2011.

_____. KANSO, Solange. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004 (Texto para Discussão nº 1034). Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td1034.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico: dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

_____. et al. **Como será o campo amanhã?** A situação dos jovens rurais do oeste catarinense, numa perspectiva de gênero (Relatório de Pesquisa). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 42 p.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan-abr. 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão nº 621). Disponível em: <<http://www.cipedya.com/web/FileDetails.aspx?IDFile=100967>> Acesso em: 15 set. 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan.-mar. 2000.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

_____. Juventude Rural: projetos e valores. In: BRANCO, Pedro Paulo Martoni; ABRAMO, Helena Wendel. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261.

_____. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Orgs.). **Mundo Rural e Política**: Ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998a. p. 95-118.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura** [da] Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.11, p.53-75, 1998b.

CARVALHO, Vera Regina Ferreira. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais do...** Londrina: SOBER, 2007.

CHAMPAGNE, Patrick. La reproduction de l'identité. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 65, 1986, p. 41-64.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

DELGADO, Guilherme C; CARDOSO Jr., José Celso. **Universalização de direitos sociais no Brasil: a experiência da previdência rural nos anos 90**. Disponível em: <w.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/.../ensaio3_universalizacao.pdf> Acesso em: 26 de jan. 2011

DORIGON, Clovis. Mercado de produtos coloniais da região oeste de Santa Catarina: em construção. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 4., 2008, Rio de Janeiro. **Anais do...** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina**. 2003. 190 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FRANÇA, Álvaro Sólton de. **Previdência social e a Economia dos Municípios**. 5 ed. Brasília: ANFIP, 2004. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081014-104850-324.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário - 2006**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, IBGE, 2006.

_____. **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro, IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>> Acesso em: 15 jun. 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA;
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA-FAO, 2000. Disponível em: <<http://200.252.80.30/sade/creditos.asp>> Acesso em: 20 jun. 2010.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – CEPA/SC. Florianópolis, 2010. Disponível em: <cepa.epagri.sc.gov.br> Acesso em: 5 jun. 2010.

KREMER, Adriana. A nucleação escolar e o processo de desenraizamento nas comunidades rurais do município de Bom Retiro - SC. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, 1. 2009, Florianópolis. **Anais do...** Florianópolis: Centro de Ciências da Educação/UFSC, 2009. 5 p. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/posteres/GT06-2313--Int.pdf>> Acesso em: 03 jul. 2010.

LAMARCHE, Hughes. Introdução geral. In: _____. **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 13-33.

MELLO, Márcio Antonio de. **A trajetória da produção e transformação do leite no oeste catarinense e a busca de vias alternativas**. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: Migração, sucessão e celibato. In: XLIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza. **XLIX Anais do...** Brasília: SOBER, 2006.

_____ et al. **Estudos básicos regionais: Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2005, 1 CD-ROM.

_____ et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. In: **NÚCLEO de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Brasília: NEAD / MDA, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=279>> Acesso em: 20 set. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2010a. Disponível em: <www.mda.gov.br> Acesso em: 8 jun. 2010.

_____. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011**. Brasília: MDA, 2010b. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/diversos/plano_safr_net.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO. Prefeitura Municipal de Paraíso. Paraíso-SC, 2010. Disponível em: <www.paraíso.sc.gov.br> Acesso em: 12 jun. 2010.

_____; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Projeto SIS-Fronteiras: diagnóstico local. Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Diagnostico_Local_Paraíso-SC.pdf> Acesso em: 12 jun. 2010.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

REVISTA DA JUVENTUDE RURAL DA FETAG-RS. Porto Alegre: FETAG-RS, v. 3, n. 3, set. 2008. Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/nx/download/imprensa/REVISTA%20DA%20JUVENTUDE%20RURAL%20-%202008.pdf>> Acesso em 07 jun. 2010.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n.1, p.661-694, jun. 2005.

SCHMITT, Claudia Job. **Transição para a agroecologia na Região Sul**. In: Encontro Nacional de Agroecologia, 2002, Rio de Janeiro. **Anais do...** Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2002.
Disponível em: <www.encontroagroecologia.org.br/files/Transicao_Sul.rtf> Acesso em: 10 de mai. 2010.

SCHNEIDER, Sergio. As Transformações Recentes da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul: O Caso da Agricultura de Tempo-Parcial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 105-129, 1995.

_____. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SILVA, Cesar Augusto Freyesleben et al. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.

SILVESTRO, Milton Luiz. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução**: o caso do oeste catarinense. 1995. 349 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

_____; CORTINA, Nelson. Desenvolvimento rural sem jovens? **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 11, n. 4, p. 5-8, dez. 1998.

_____. et al. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: o caso do Oeste catarinense. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **Anais do...** Rio de Janeiro, 2000. 1 CD-ROM.

_____. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 221p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STOCK, Lorildo Aldo et al. Estrutura da produção de leite de Santa Catarina. **Panorama do Leite On-line**, ano 3, n. 29, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/panorama/especial29.html>> Acesso em: 19 jun. 2010.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

_____. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 253-267, 2004.

TESTA, Vilson Marcos et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: proposta para discussão. Florianópolis: Epagri, 1996. 246p.

_____ et al. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis: SAR, 2003. 130 p.

UNIVERSIDADE OESTE DE SANTA CATARINA. UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina. São Miguel do Oeste, 2010. Disponível em: <<http://www.unoesc.edu.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

Apêndice I

Questionário utilizado no trabalho de campo

ROTEIRO DEQUESTIONÁRIO PARA AS PROPRIEDADES SEM SUCESSORES

Questionário nº : _____

Comunidade: _____

Proprietário: _____

1. Idade dos proprietários:

1) Homem _____ anos

2) Mulher _____ anos

2. Escolaridade dos proprietários

1) Homem _____

2) Mulher _____

3. Há quanto tempo residem na propriedade:

1) _____ anos

4. O Senhor tem algum outro imóvel além da propriedade?

() não

() casa/apartamento na cidade

() terreno na cidade

() outra propriedade rural

() outro

5. Origem da propriedade atual:

() era sede da propriedade dos pais (herança)

() era sede da propriedade dos pais (pagou)

() era sede da propriedade dos avós

() foi comprada pela família

() veio no dote da esposa

() foi comprada por vocês

() parte foi recebida pelo homem e parte veio da herança da esposa

() parte foi recebida pelo homem

() parte foi recebida pela mulher

() outros

6. Qualidade da maior parte da terra:

- boa
- satisfatória
- regular
- ruim
- péssima

7. Tipo de trabalho desenvolvido nas lavouras:

- totalmente mecanizado
- parcialmente mecanizado
- tudo manual

8. Contrata máquina:

- não
- trator
- distribuidor de esterco
- colheitadeira
- batedor de cereal

9. Sócio de cooperativa:

- não
- agropecuária
- de crédito
- outras cooperativas _____

10. Sócio de sindicato:

- não
- sim

11. Sócio de outras associações: _____**12. Quantos filhos (as) vocês têm?**

Total:----- Rapazes:----- Moças:-----

13. Onde residem os filhos (as)?

- No meio rural-----
- Na cidade:-----

14. Profissão que exercem:**Rapazes**

Moças

15. Vocês acham que um dos filhos (as) ainda pode retornar à propriedade para ser agricultor? sim não

(perguntar por quê)?

16. Vocês gostariam que um filho (a) retornasse para a propriedade? sim não

(perguntar por quê)?

17. Estimulou algum dos seus filhos a permanecer ou mesmo deu oportunidade para que algum deles permanecesse? sim não**Caso tenha estimulado, de que forma fez isso?**

18. O estímulo foi dado: aos filhos as filhas a ambos**19. Qual o sentimento que a senhora tem em relação à saída dos filhos?**

20. Qual o sentimento que o senhor tem em relação à saída dos filhos?

21. Agora que todos os filhos saíram da propriedade, alguma vez a senhora já pensou abandonar a propriedade e ir morar na cidade?

- sim
- não

22. Agora que todos os filhos saíram da propriedade, alguma vez o senhor já pensou abandonar a propriedade e ir morar na cidade?

- sim
- não

23. Quanto tempo vocês desejam permanecer na propriedade?

- _____ anos
- não vão sair da propriedade

24. Como é a relação de vocês com os filhos que já saíram da propriedade?

- a família manda dinheiro para os filhos (as)
- os filhos (as) mandam dinheiro para os pais
- alguns filhos (as) recebem dinheiro e alguns mandam dinheiro
- os filhos (as) levam produtos da propriedade (carne, queijo, feijão, mandioca etc) para seu auto-abastecimento
- os filhos (as) ajudam os pais com bens materiais.
- ainda existe filho (a) que depende exclusivamente da propriedade
- não existe essa relação

25. Se a família manda dinheiro, por quê?

- por que o filho (a) está estudando
- para a construção de casa na cidade
- para os filhos montarem seu próprio negócio
- por que o filho (a) está desempregado
- para investimentos na cidade
- problemas de saúde
- porque o filho (a) ganha pouco.
- não manda
- outros motivos _____

26. Se os filhos mandam dinheiro, por quê?

- para investir na propriedade
- para despesas com a família
- problemas de saúde dos pais
- pagamento de empréstimo
- para construção de casa
- investimento fora da propriedade
- não manda
- outros motivos _____

27. A sua propriedade:

- ainda continua no nome de vocês
- foi transferida para o nome de um filho
- foi transferida para mais de um filho/filha
- foi transferida para o nome de uma filha
- usufruto

28. O que vocês pretendem fazer com a propriedade no futuro?

- um dos filhos vai retornar
- uma das filhas vai retornar
- a propriedade será arrendada
- a propriedade será toda vendida
- será vendida parte da propriedade
- a propriedade não será vendida
- ainda não sabem o que fazer com a propriedade
- ainda não pensaram nisso

28. Vocês gostariam que esta propriedade continuasse com alguém da família (filhos/netos) ou isto não tem importância para vocês?

29. Quando a propriedade for vendida o que vocês pretendem fazer?

- morar sozinhos na cidade
- morar com um dos filhos no meio rural
- morar com um dos filhos na cidade
- comprar uma pequena área próxima da cidade
- não considera a hipótese de vender a propriedade
- morar sozinhos em outra propriedade

30. Em que momento pretende fazer a divisão do patrimônio (terra) e o repasse para os filhos? Pretende fazer os acertos em vida?

31. Como distribuiu ou pretende fazer a divisão do patrimônio (terra) e o repasse para os filhos?

- Não pretende fazer os acertos em vida
- Será igualitária
- O patrimônio será destinado ao filho (a) que for cuidar dos pais
- O (s) filho (os) homem (s) ganharão mais que as filhas mulheres
- Entre os(as) filhos(as) que são agricultores
- Entre os filhos com maiores dificuldades financeiras

32. Todos os filhos estão de acordo? Caso haja divergências, entre o senhor e seus filhos ou dos filhos entre si, quais foram (ou provavelmente serão)?Porque elas acontecem?

33. Se a propriedade for vendida, para quem vocês gostariam de vendê-la?

- para um agricultor da comunidade que já possui terra
- para um agricultor da comunidade que não tem terra
- para um agricultor de outra comunidade que também já possui terra
- para um agricultor de outra comunidade que não possui terra
- para uma pessoa da cidade que não é agricultor
- para um filho de agricultor ou casal jovem que ainda não tem terra
- para qualquer agricultor
- para qualquer pessoa

34. Vocês contratam mão-de-obra para tocar a propriedade:

- Não
- Permanente (nº de pessoas) _____
- temporária (dias-homem) _____

35. Para quais atividades contratam?

- colheita
- plantio
- cuidar dos animais
- para trabalhos domésticos
- atividades em geral

36. Os filhos ainda ajudam na propriedade?

- não
- nas férias
- nos finais de semana
- todo dia
- quase todos os dias
- ocasionalmente

37. Vocês tiveram que diminuir alguma atividade por causa da saída dos filhos?

- não
- lavouras
- criações
- lavouras e criações

38. Vocês tiveram que abandonar alguma atividade por causa da saída dos filhos?

-) não
-) lavouras
-) criações
-) lavouras e criações

39. Como é feita a divisão do trabalho na lavoura?

-) os dois trabalham iguais
-) trabalha mais o homem
-) trabalha mais a mulher
-) trabalha só o homem
-) trabalha só a mulher

40. Como é feita a divisão do trabalho nas criações?

-) os dois trabalham iguais
-) trabalha mais o homem
-) trabalha mais a mulher
-) trabalha só o homem
-) trabalha só a mulher

41. Como é feita a divisão do trabalho na casa?

-) os dois trabalham iguais
-) trabalha mais o homem
-) trabalha mais a mulher
-) trabalha só o homem
-) trabalha só a mulher

42. Em termos de produção na propriedade, o que vocês pretendem fazer nos próximos anos?

-) aumentar a produção
-) diminuir a produção
-) abandonar alguma atividade
-) reflorestar
-) produzir para o consumo familiar
-) continuar como está agora

43. Vocês têm outra atividade fora da agricultura

-) não
-) sim _____

44. Vocês têm outras rendas além daquelas oriundas da propriedade:

-) não
-) aposentadoria
-) arrendamento de terra

- aluguel de casa
- venda de mão-de-obra na agricultura
- presta serviço fora da agricultura (pedreiro, carpinteiro, tratorista, etc)
- aluguel de máquinas
- outros _____

45. Se existir renda da aposentadoria

- Os dois são aposentados
- Só o marido
- Só a mulher

46. Quanto representa a aposentadoria na renda total da propriedade

- Menos de 25%
- Entre 25% e 50%
- Entre 50% e 75%
- Mais de 75%

47. Quanto representa a renda não-agrícola na propriedade

- Menos de 25%
- Entre 25% e 50%
- Entre 50% e 75%
- Mais de 75%

48. O casal tem problemas de saúde?

- não
- marido _____
- esposa _____

49. Como vocês acham que será vossa propriedade no futuro (horizonte de 10 a 15 anos):

Descrição a partir da observação do pesquisador:

50. Tipo de moradia:

- madeira
- alvenaria
- mista

51. Estado geral da moradia:

- boa
 - regular
 - precária
-
-

52. Tipo das demais benfeitorias e instalações:

- madeira
- alvenaria
- mista

53. Estado geral das demais benfeitorias e instalações:

- boa
 - regular
 - precária
-
-

54. Condições de vida:

- automóvel
- moto
- Tv
- parabólica
- energia elétrica
- banheiro dentro de casa
- água encanada
- telefone
- geladeira